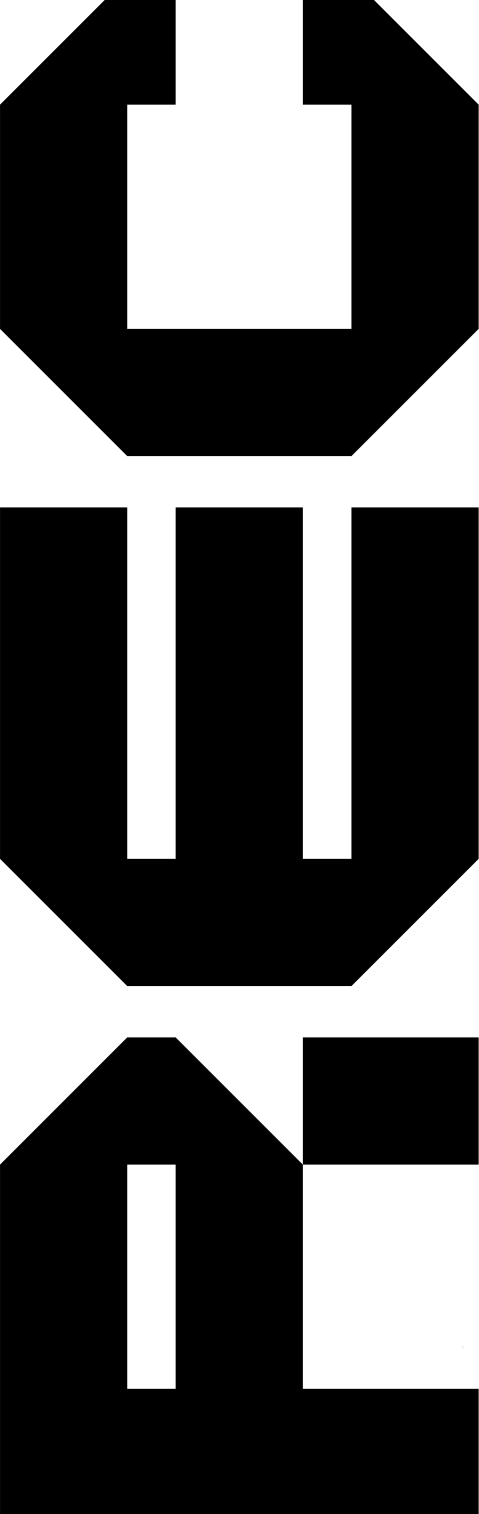




26ª EDIÇÃO

VOL. 1

CULTURA E
EDUCAÇÃO

ENTREVISTA COM
VALÉRIA LIMA //

Cultura,
Ancestralidade e
Educação: a
trajetória de Valéria
Lima e o legado da
família Acé Jitolu

DOSSIÊ //

Cadernos do Ilê Aiyê,
pensamento, cultura
e educação





Cultura e educação

26ª
EDIÇÃO

VOL.
01

ILUSTRAÇÃO CAPA:
J. CUNHA



Cunha



**ENTENDEMOS QUE O
SAGRADO NÃO ESTÁ
SEPARADO DA ARTE NEM
DA EDUCAÇÃO**

VALÉRIA LIMA

EDITORIAL //

**REC: Pedagogia da
Afirmação: tempos,
processos e territórios**

TERRITÓRIOS EM ARTE // J. Cunha

**Em um universo povoado
de índios, ciganas,
caboclos, rainhas e reis
africanos, Cunha utiliza de
dispositivos tradicionais
e contemporâneos e se
mostra um criador sem
limites**

ENTREVISTA // Valéria Lima

**Cultura, Ancestralidade e
Educação: a trajetória de
Valéria Lima e o legado da
família Acé Jitolu**

RECÔNCAVO

1

**DOSSIÊ: CADERNOS
DO ILÊ AIYÊ,
PENSAMENTO,
CULTURA E
EDUCAÇÃO
AFROBRASILEIRA**

CADERNO

**VOL 1//organizações
de resistência negra**

CADERNO

**VOL 2//a civilização
bantu**

CADERNO

**VOL 3//Zumbi 300
anos**

CADERNO

**VOL 4//a força das
raízes**

CADERNO

**VOL 5//pérolas negras
do saber**

CADERNO

VOL 6//guiné conacry

CADERNO

**VOL 7//revolta dos
búzios 200 anos**

CADERNO

**VOL 8//terra de
quilombo**

CADERNO

**VOL 9//África ventre
fértil do mundo**

CADERNO

**VOL 10//malês a
revolução**



O SUMÁRIO REC FAZ PARTE
DA REVISTA EXTENSÃO E
CULTURA DA UFRB / REC UMA
REALIZAÇÃO DA PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA
(PROEXC) DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RECÔNCAVO DA
BAHIA (UFRB)

ACESSE A EDIÇÃO
COMPLETA DA REVISTA



PROexc
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

UF B 20 ANOS
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia



**ÁFRICA MÃE, OÁSIS, VENTRE FÉRTIL –
QUE O MUNDO ÀS VEZES RECONHECE,
OUTRAS VEZES SE RECUSA A PENSAR – :
FOI LA QUE A HISTÓRIA COMEÇOU DESDE
QUE O MUNDO É MUNDO.**

ÁFRICA VENTRE FÉRTIL DO MUNDO, VOL.9

S. Cunha

CADERNO

VOL 11//a rota dos
tambores no
Maranhão

CADERNO

VOL 12//mãe Hilda
Jitolu

CADERNO

VOL 13//Moçambique
vutlari

CADERNO

VOL 14//o negro e o
poder

CADERNO

VOL 15//abidjan, abuja,
harare e dakar

CADERNO

VOL 16//candaces:
rainhas do império
méroe

CADERNO

VOL 17//esmeraldas,
pérula negra do
Equador

CADERNO

VOL 18//Pernambuco,
uma nação africana

CADERNO

VOL 19//Minas Gerais,
símbolo da resistência
negra

CADERNO

VOL 20//negros do sul

CADERNO

VOL 21//Guiné
Equatorial

PREC

ACESSE A EDIÇÃO
COMPLETA DA REVISTA



ACESSE A COLEÇÃO
COMPLETA DOS CADERNOS





O ILÊ AIYÊ, ATRAVÉS DO SEU PROJETO DE EXTENSÃO PEDAGÓGICA, DÁ A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O MAIOR E MELHOR CONHECIMENTO DO "UNIVERSO DO CANDOMBLE".

A FORÇA DAS RAÍZES, VOL. 4



CLIQUE PARA ACESSAR SITE DOS CADERNOS DE EDUCAÇÃO DO ILÊ AIYÊ

ACESSE O SITE!

BAIXE O PDF!



S. Cunha

EXPEDIENTE
QUEM FAZ //

REC

REITORA

Georgina Gonçalves do Santos

VICE-REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

**PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA**

Danillo Silva Barata

**COORDENADORIA DE
CULTURA E UNIVERSIDADE
(CCU)**

Fabiana Comerlato

**COORDENADORIA DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
(CEU)**

Maria da Conceição de Menezes Soglia

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO
E AÇÕES COMUNITÁRIAS
(NUEDAC)**

Tabata Figueiredo Dourado
Maria Barbara Goncalves dos Santos Silva

**NÚCLEO DE CULTURA E
TERRITÓRIOS (NUCTER)**

Caroline de Jesus Fonseca da Silva

EDITOR-CHEFE

Danillo Silva Barata

EDITORA ASSISTENTE

Fabiana Comerlato
Tabata Figueiredo Dourado

BOLSISTA

Layza Miranda B. Figueredo

**EDITOR DO DOSSIÊ
“CULTURA E EDUCAÇÃO”**

Danillo Silva Barata

COMITÊ EXECUTIVO

Sandrine Souza
Maria da Conceição de Menezes Soglia
Fabiana Comerlato
Tabata Figueiredo Dourado
Layza Miranda

**CONSELHO EDITORIAL/
CIENTÍFICO**

Tatiana Ribeiro Velloso, UFRB
Ana Rita Santiago, UFRB
Custódia Martins, UMINHO/
Portugal
Juan A. C. Rodriguez, UACH/
México
José Alberto Pereira, IPB/
Portugal
Odette González Aportela,
UH/Cuba

**EDITORIA DE ÁREAS
TEMÁTICAS**

Educação
Eniel do Espírito Santo Cetec/UFRB
Sara Dias-Trindade
Universidade do Porto,
Portugal

Meio Ambiente

Mariana Balen Cecult/UFRB
Marielen Kaufmann UFRGS

Trabalho

Mariana Balen Cecult/UFRB
Neivalda Oliveira UNEB
Comunicação
Regiane Miranda Cecult/
UFRB
Maria da Conceição Costa
Golobovante PUC-SP

Direitos Humanos

Márcia Costa Misi UEFS

Tecnologia e produção

Wilon Mazalla Neto Cetens/
UFRB

Saúde

Ionara Magalhães De Souza
CCS/ UFRB
Leandro Augusto Pires
Gonçalves UFF

Gênero e Sexualidade

Roney Gusmão Cecult/
UFRB

Jornalista Responsável

Sandrine Souza, UFRB

**PROJETO GRÁFICO E
DIAGRAMAÇÃO**

Casa Grida



Revista Extensão. 26ª edição, vol. 1 (agosto, 2025) –
Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura, 2025
Semestral

ISSN: 2236-6784

e-ISSN: 2764-5878

1. Extensão Universitária – Periódicos. I. Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia, Pró-Reitoria de
Extensão e Cultura.

CDD 378.81

**PERMITE-SE A REPRODUÇÃO
DAS INFORMAÇÕES
PUBLICADAS, DESDE QUE
SEJAM CITADAS AS FONTES.**

ALLOWS REPRODUCTION IN
PUBLISHED INFORMATION,
PROVIDED THAT SOURCES
ARE CITED.

PEDE-SE PERMUTE.

WE ASK FOR EXCHANGE.

REALIZAÇÃO

PROexc
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

UFBA 20 ANOS
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RECÔNCAVO DA BAHIA**

Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das
Almas — 44.380-000, Bahia, Brasil



DANILLO BARATA
PRÓ-REITOR DE
EXTENSÃO E CULTURA//

EDITORIAL É com entusiasmo renovado que apresentamos esta nova edição dos *Cadernos de Educação do Ilê Aiyê*, agora publicados na **Revista REC – Revista de Extensão e Cultura da UFRB**, ampliando sua circulação no campo acadêmico e fortalecendo seu papel como instrumento de reflexão crítica, formação docente e valorização das culturas afro-brasileiras.

A publicação dos cadernos na Revista REC reafirma o compromisso institucional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia com uma política de extensão que articula saberes acadêmicos e populares, promovendo o reconhecimento da diversidade e a reparação histórica por meio da educação. Ao integrar a REC, os *Cadernos de Educação do Ilê Aiyê* se inserem em um espaço editorial voltado à promoção de experiências extensionistas transformadoras e enraizadas em territórios de resistência.

Esta edição é fruto da continuidade da parceria entre a UFRB, a Fundação Cultural Palmares (MinC) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), instituições comprometidas com o fortalecimento de práticas pedagógicas antirracistas, críticas e enraizadas nas tradições afro-brasileiras.

Inspirado nas experiências construídas pelo Ilê Aiyê ao longo de cinco décadas de atuação no bairro da Liberdade – como a Escola Comunitária Mãe Hilda, a Band'Erê e o Projeto de Extensão Pedagógica –, esta coleção reafirma a importância de modelos educativos que se baseiam na ancestralidade, na oralidade, na música, na arte e no território como eixos estruturantes da formação.

Os *Cadernos de Educação do Ilê Aiyê* são, portanto, instrumentos didáticos e testemunhos vivos de uma pedagogia da afirmação, que articula arte e educação, memória e futuro, comunidade e universidade.

Na editoria *Territórios em Arte*, contamos com ilustrações do artista J. Cunha, cuja trajetória incontornável está fortemente entrelaçada à história visual e simbólica do Ilê Aiyê, especialmente por meio de sua colaboração em 25 anos junto ao Bloco e ao *Carnaval Negro*.

A 26ª Edição apresenta uma série de artigos e reafirma o papel da extensão universitária como eixo estratégico de transformação social, destacando o protagonismo do Ilê Aiyê na promoção da identidade negra e da educação decolonial. Os textos que compõem esta coletânea – agora organizados como dossiês editoriais – articulam memória, estética, política e pedagogia, alinhando-se às diretrizes da Lei 10.639/03 e às práticas pedagógicas inspiradas na ancestralidade afro-brasileira.

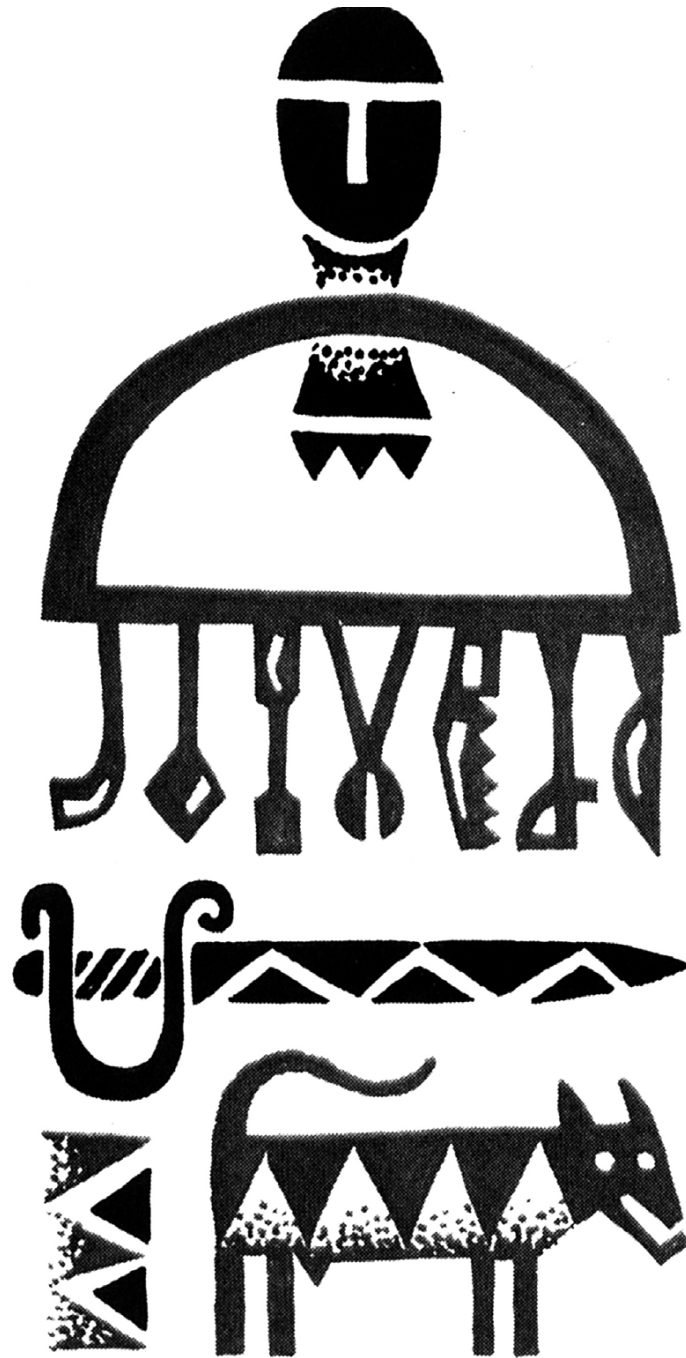
Apresentamos aqui quatro textos fundamentais: **“Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê”**, de autoria de Arany Santana, que narra a criação da Escola Mãe Hilda e a sistematização de práticas educativas inovadoras baseadas na cultura afro-brasileira. O artigo destaca a experiência da Band’Erê e o impacto da atuação comunitária no bairro da Liberdade, consolidando uma referência nacional em educação antirracista. **“Organizações da Resistência Negra”**, escrito por Valéria Lima, presidenta do Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolu, analisa a trajetória histórica de organizações como o Movimento Negro Unificado, a Frente Negra Brasileira, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a Coalizão Negra por Direitos. Valéria Lima também concede uma **entrevista exclusiva**, refletindo sobre o papel das mulheres negras e das instituições afro-brasileiras na construção de estratégias de resistência. **“Que Beleza é Essa?”**, de Rita Maia, apresenta um panorama crítico sobre os fundamentos estéticos e políticos que estruturam o projeto visual do Ilê Aiyê. A autora investiga a contribuição do artista J. Cunha na criação de uma linguagem gráfica afirmativa, de forte inspiração afro-diaspórica, que transforma o corpo e o espaço urbano em territórios de autoestima e beleza negra. **“Mãe Hilda Jitolu: Guardiã da Fé e da Tradição Africana”**, de Maria de Lourdes Siqueira, rememora a vida e legado espiritual de Mãe Hilda como iyalorixá, educadora e liderança política do Terreiro Ilê Axé Jitolu. O texto destaca sua atuação como referência ética e espiritual, especialmente por meio do projeto de extensão do Ilê Aiyê e da escola comunitária que leva seu nome.

Que esta nova etapa editorial inspire novas conexões, reafirme compromissos e fortaleça o lugar da educação como prática de liberdade e de luta antirracista.

ENSAIO
ILUSTRAÇÃO //

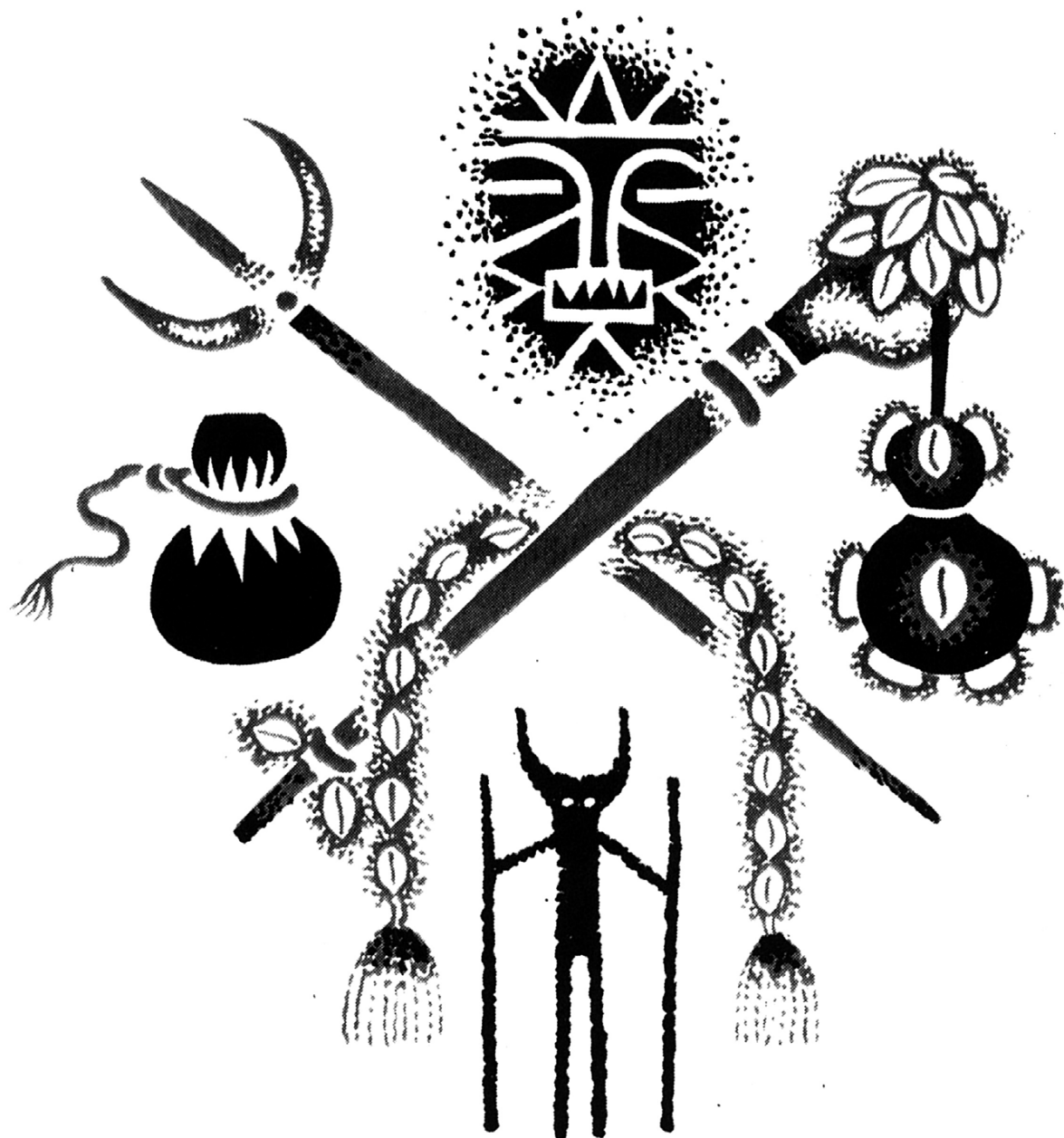
BIO José Antônio Cunha nasceu na Ponta de Humaitá, na Península de Itapagipe, em Salvador (Bahia), em 1948. Descendente de bantos africanos e de índios kiriris, filho de mãe sertaneja de Canudos e de pai descendente de ciganos da Armênia, todas essas territorialidades afetivas estão impressas em sua obra.





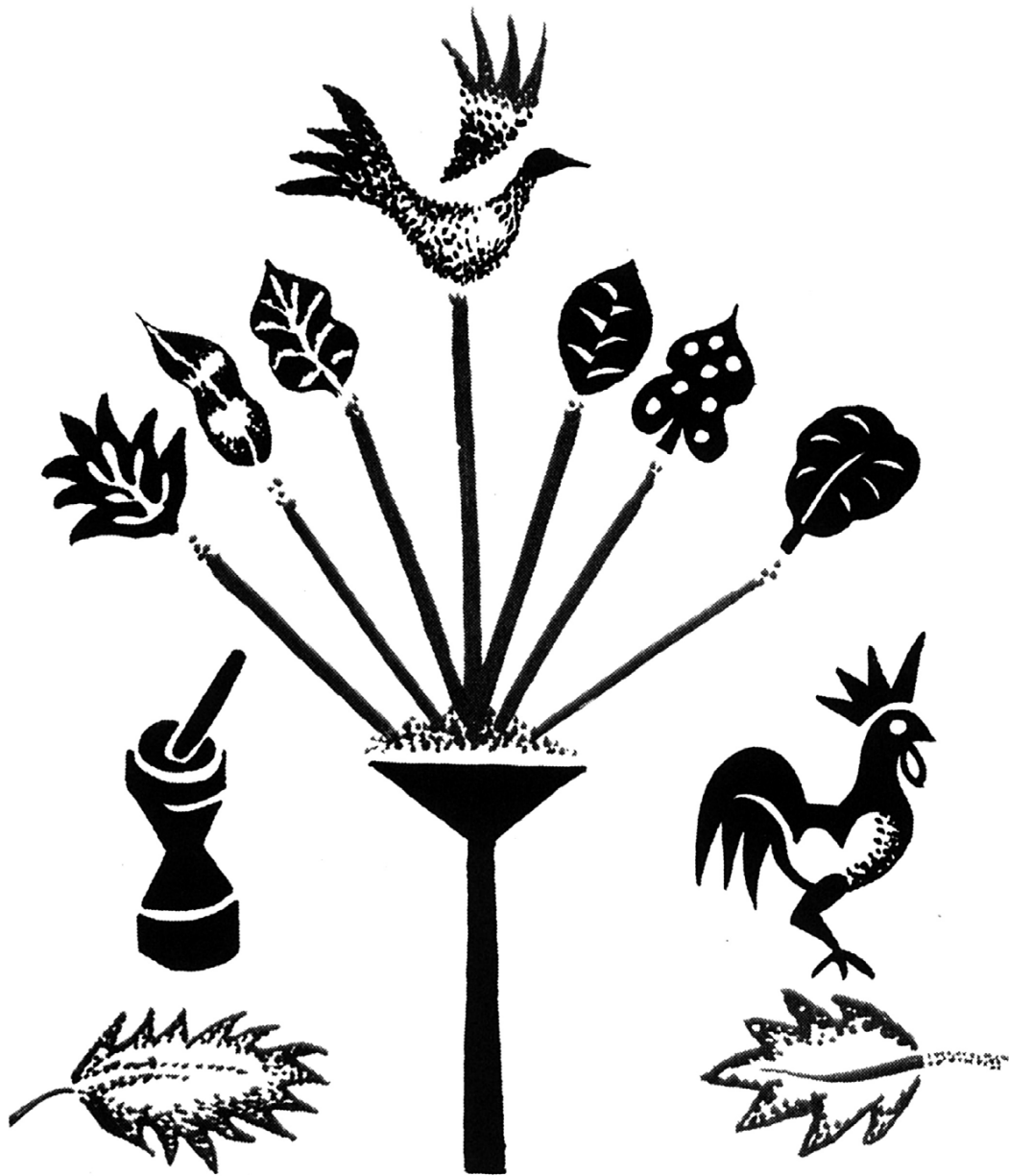
**A ARTE DE J. CUNHA
TRAZEM ALÉM DO ESTÉTICO,
MENSAGENS HUMANAS,
SOCIAIS, EDUCATIVAS,
HISTÓRICAS E POLÍTICAS**

Kabengele Munanga

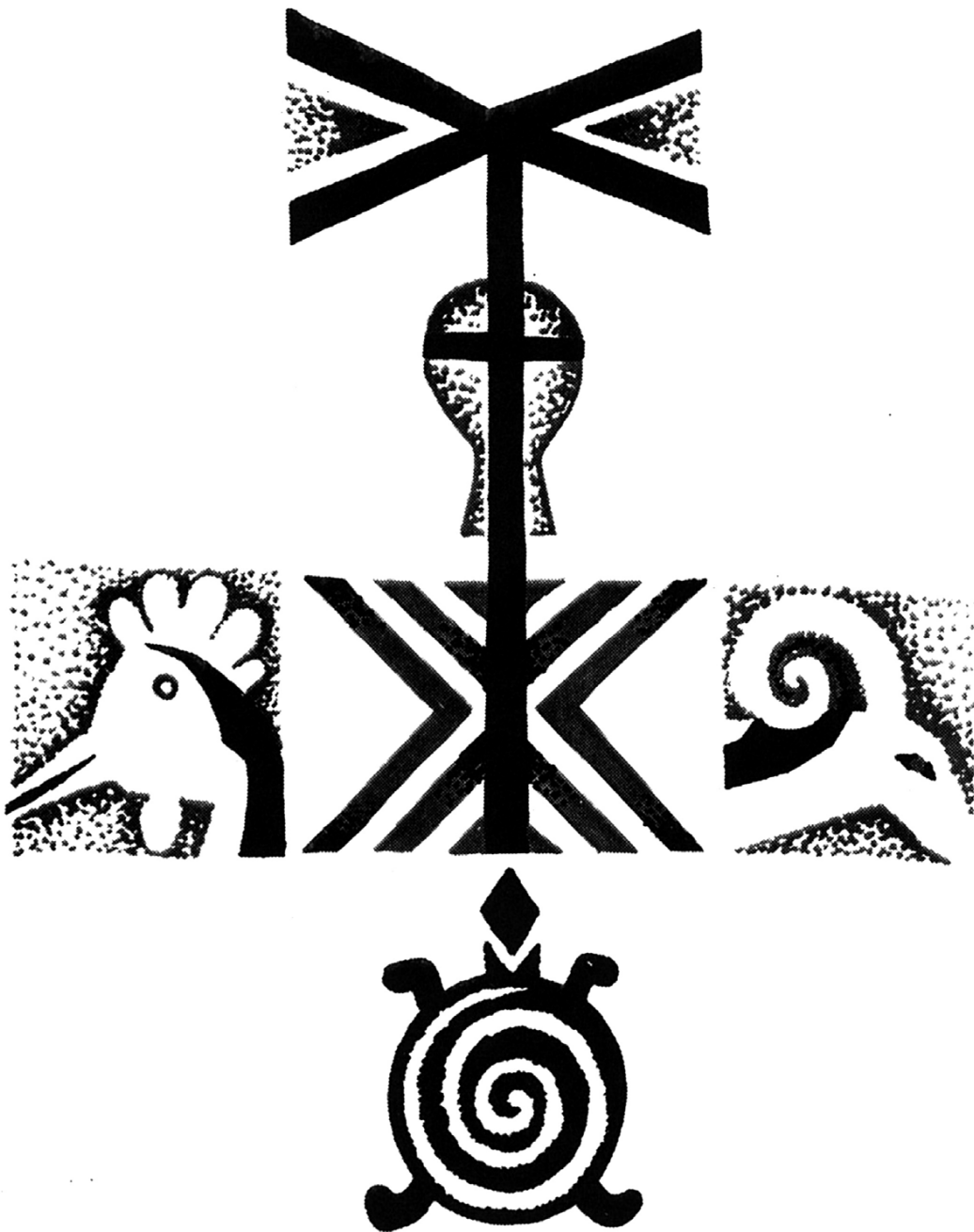




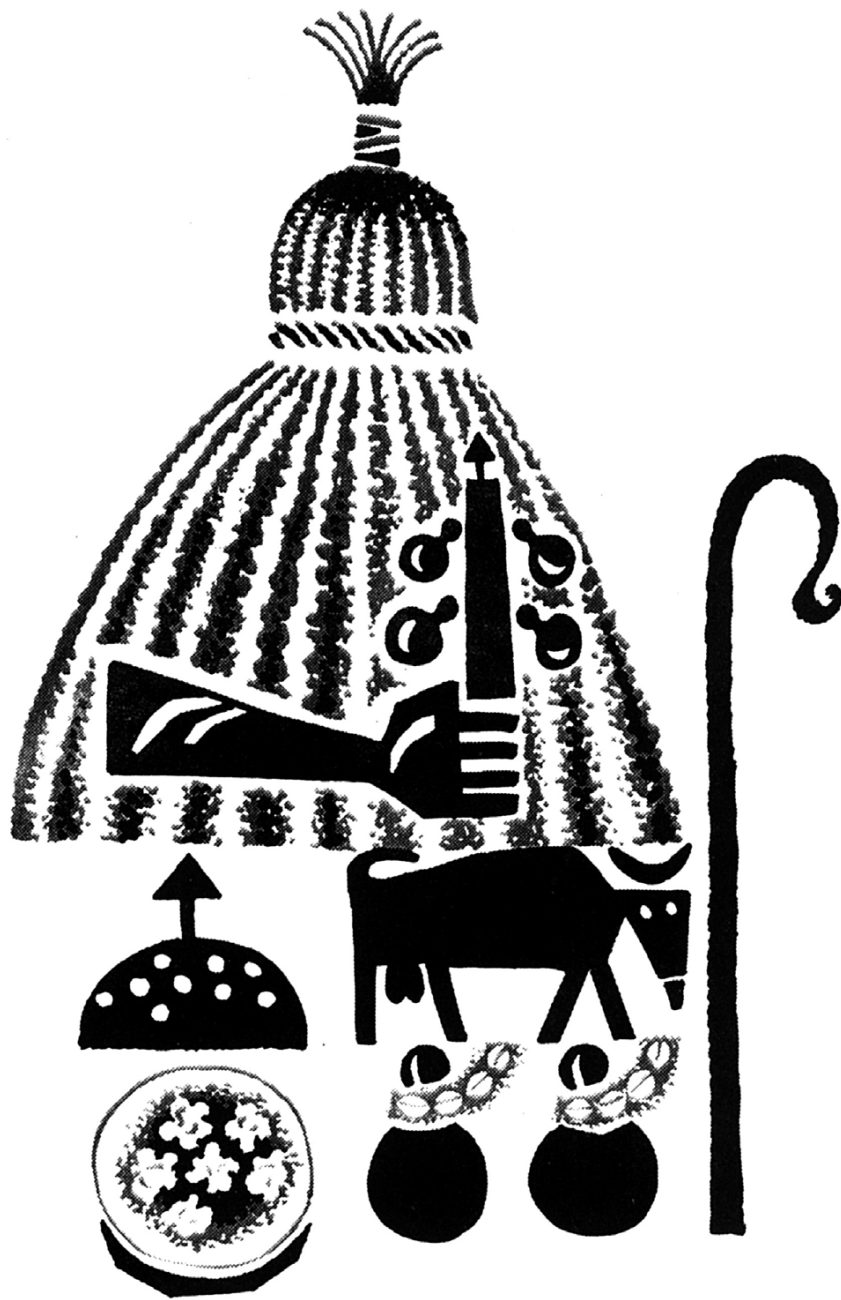
J. Cunha



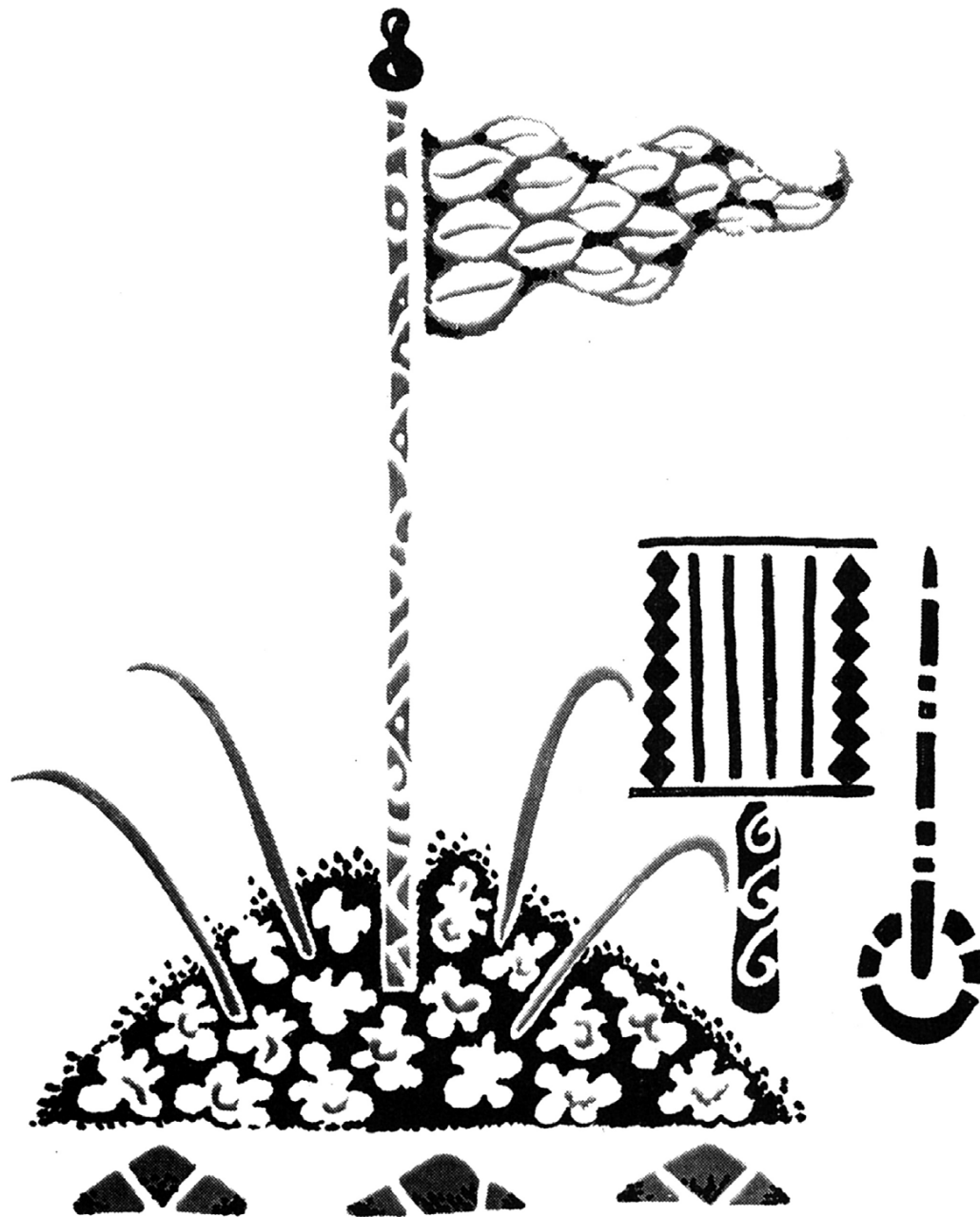
J. Cunha



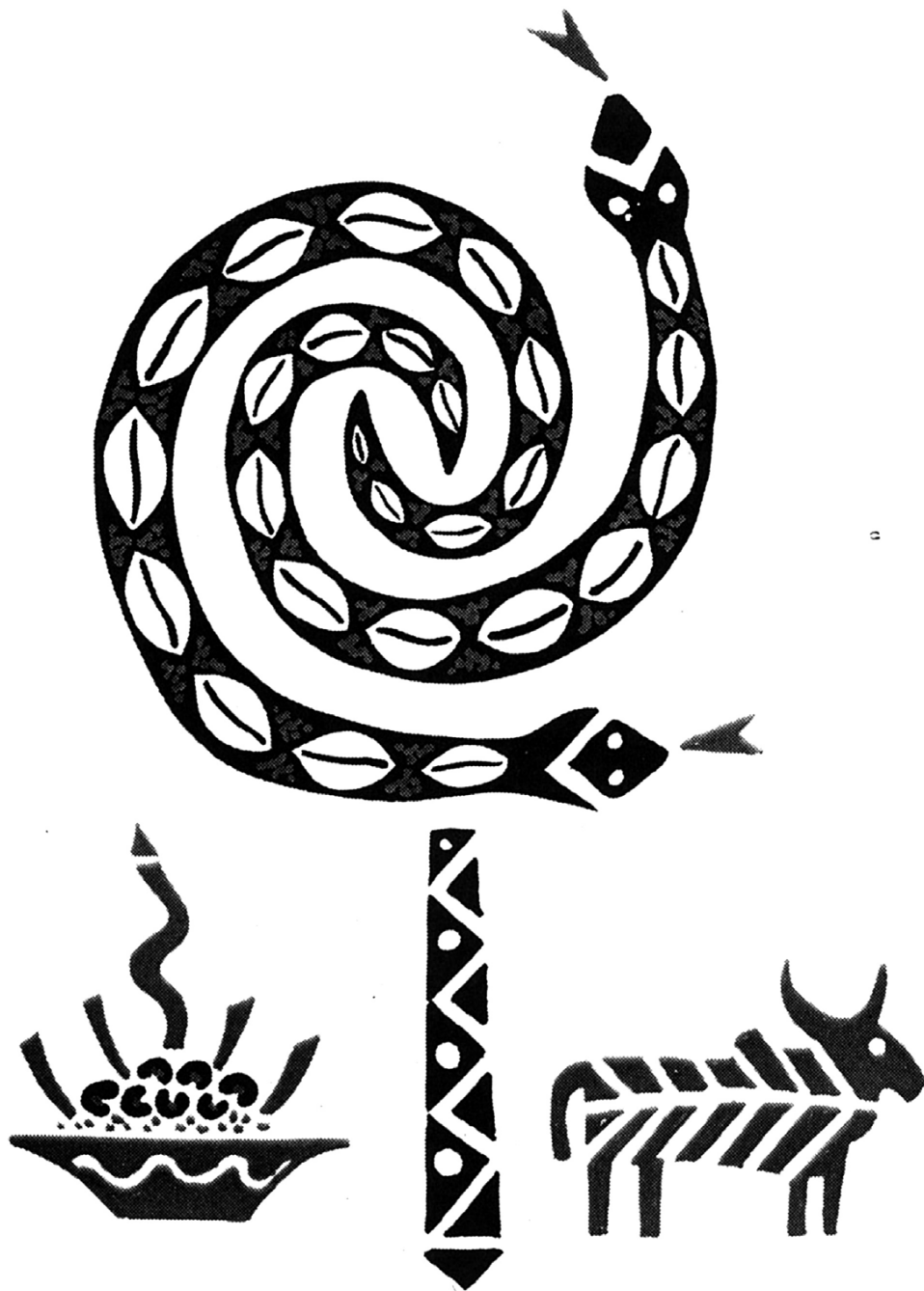
J. Cunha



J. Cunha



J. Cunha



J. Cunha





J. Cunha



J. Cunha



J. Cunha



J. Cunha



J. Cunha

J. Cunha iniciou seus estudos aos dezoito anos no curso livre da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. É um artista de múltiplas possibilidades que atua como artista plástico, figurinista, cenógrafo e designer. Isso dá para sua obra uma gama de atuação como pinturas, objetos, ilustrações, estampas para tecidos, cartazes, capas de discos, figurinos, cenários e instalações.

Participou de importantes bienais de artes plásticas e de exposições individuais e coletivas, entre elas o evento “The Refugee Project”, no Museu de Arte Africana de Nova York, “Exposição de Arte Contemporânea: As Portas do Mundo” na Europa e na África, “Exposição coletiva Axé Bahia: O poder da arte numa metrópole afro-brasileira” no Museu Fowler, em Los Angeles, e da “Exposição Coletiva Histórias Afro-Atlânticas”, no Instituto Tomie Ohtake e MASP.

Seu trabalho se caracteriza pelo mergulho no imaginário das culturas afro-indígenas e popular nordestina brasileira, através da pesquisa, assimilação e transformação num universo próprio, mítico e mágico, simbólico e intuitivo.

Territórios em arte

J. Cunha

Autor de inúmeras marcas e logotipos, ilustrações para livros e capas de discos, estamparias, ambientações de show e eventos, J. Cunha tem ainda o seu nome definitivamente vinculado ao carnaval, por haver criado e assinado a concepção visual e estética do bloco Ilê Ayê durante 25 anos, além de instigantes decorações temáticas para o carnaval de rua de Salvador.

No campo do design participou entre outras importantes mostras da Bienal Internacional de “Design de Saint Étienne” - França e também da exposição “Design Brasileiro – Fronteiras 2009” no Museu de Arte Moderna de São Paulo-Brasil.

Para o antropólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP), Kabengele Munanga, a obra de J. Cunha é uma forma de entender e interpretar o mundo e a sociedade em que vive. “As cores vivas, as linhas retas, curvas, círculos, espirais gráficos, zigue-zagues, formas geométricas, enfim todas as imagens que atravessam a arte de J. Cunha trazem além do estético, mensagens humanas, sociais, educativas, históricas e políticas; o que o projeta no tempo histórico e no espaço físico e social do mundo e da sociedade a qual pertence”.

Em seu livro “O Universo de J. Cunha” publicado em 2016 pela editora Corrupio, com curadoria editorial do Prof. Danillo Barata, foi reunido e estruturado um conjunto de obras que tentam dar conta da forma como a arte de Cunha se apropria de diversos territórios afetivos como o indígena, o africano, o modernismo, o sertão e o tropicalismo. Em um universo povoado de índios, caboclos, ciganas, rainhas e reis africanos, Cunha utiliza de dispositivos tradicionais e contemporâneos e se mostra um criador sem limites.

Para o historiador da arte Roberto Conduru, da Southern Methodist University, a obra de J. Cunha amplia a noção de arte popular e é parte do processo histórico que culmina nas experimentações artísticas da Bahia atual. Conduru diz que Cunha trabalha com uma abundância de signos com os quais discute tópicos sociais e questões políticas, que explora com muitas cores e uma luminosidade intensa. “Ao desdobrar a pintura em objetos de tipos diversos e com várias finalidades, Cunha ultrapassou divisas, borrou as fronteiras entre os domínios de atuação”. O que mostra sua versatilidade em elaborar de capas de discos a cenários de espetáculos de dança, sempre deixando sua marca autoral.

ENTREVISTA
MEIO AMBIENTE //
VALÉRIA LIMA

Revista Extensão
e Cultura da UFRB

26ª edição

VOL. 01



Cultura, Ancestralidade e Educação: a trajetória de Valéria Lima e o legado da família Acé Jitolu

Cultura, Ancestralidade e Educação: a trajetória de Valéria Lima e o legado da família Acé Jitolu

QUEM É //
VALÉRIA LIMA



VALÉRIA LIMA É Ekede de Azonsu do Axé Jitolu, jornalista e mestre em Estudos Étnicos e Africanos. Nasceu no bairro do Curuzu, um dos bairros mais negros da capital baiana. É idealizadora e diretora-executiva do Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolu. Atuou em instituições como Ilê Aiyê e TVE.

INTRODUÇÃO Valéria Lima é jornalista, pesquisadora e diretora-executiva do Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolu. Nascida e criada na ladeira do Curuzu, em Salvador, viveu até os 27 anos no terreiro Acé Jitolu – fundado por sua avó e Ialorixá Hilda Jitolu. Sua trajetória é marcada pela atuação em projetos de base comunitária que articulam memória, ancestralidade e justiça social, com foco na valorização das epistemologias afro-brasileiras e no fortalecimento do protagonismo das mulheres negras.

Em 2024, lançou *Mãe da Liberdade: A trajetória da Ialorixá Hilda Jitolu*, matriarca do Ilê Aiyê – biografia de sua avó, fruto de uma pesquisa iniciada na graduação em Jornalismo e aprofundada no mestrado em Estudos Étnicos e Africanos. A publicação integra as ações do Instituto Mãe Hilda Jitolu, que atua na preservação da memória negra e desenvolve ações voltadas à formação, geração de renda e fortalecimento de comunidades. Tanto o livro quanto o Instituto expressam formas de continuidade e reverência ao legado de Mãe Hilda e das mulheres que a antecederam.

Em 1974, foi uma das fundadoras do Ilê Aiyê, o primeiro bloco afro do país. A partir de 1988, o terreiro Acé Jitolu passou a abrigar também a Escola Comunitária Mãe Hilda e a Band'Erê – iniciativas que, ao lado dos Cadernos de Educação do Ilê, integram um projeto amplo de educação antirracista, valorização das tradições afro-brasileiras e construção de práticas pedagógicas baseadas na ancestralidade.

Mãe Hilda nasceu 35 anos após a abolição da escravidão e, embora não tenha tido acesso à educação formal, construiu um legado fundamental para a educação, a arte e a cultura no Brasil. Em 1974, participou da fundação do Ilê Aiyê – o primeiro bloco afro do país. A partir de 1988, o terreiro passou também a abrigar a Escola Comunitária Mãe Hilda e a Band'Erê. Ao lado dos Cadernos de Educação do Ilê, essas iniciativas integram um projeto pedagógico amplo, voltado à valorização das raízes e dos saberes afro-brasileiros.

Nesta entrevista à REC – Revista Extensão e Cultura da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), publicada em edição especial dedicada aos Cadernos de Educação do Ilê Aiyê, Valéria Lima compartilha memórias afetivas de sua avó e reflete sobre os privilégios e responsabilidades herdados da ancestralidade. Fala ainda sobre como articula sua vivência pessoal, profissional, religiosa e política – caminhos que culminaram na fundação da organização feminista negra que dirige atualmente.

De que forma sua ancestralidade e religiosidade influenciam sua trajetória pessoal, profissional e política?

Eu acredito em missões. Então, eu acredito que tudo está conectado. Eu tenho certeza que a ideia de fundar o Instituto não veio de mim, vem da minha ancestralidade. Então, **eu acredito que o que eu tô fazendo hoje através do Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolu, é exatamente seguindo os caminhos que foram preparados pela minha ancestralidade.**

Então, pra mim, tudo isso se cruza, o tempo inteiro, ao longo da minha trajetória profissional. Eu costumo dizer que todas as experiências profissionais que eu tive, até então, foram, de fato, para me preparar para fundar o Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolu. E não foi por acaso, que eu só consegui, de fato, consolidar a organização estrutural e fazer o lançamento dessa organização no dia 6 de janeiro de 2023, que é também a data do centenário de Mãe Hilda Jitolu.

Então, eu acredito, que a gente tá fazendo um grande movimento, uma grande revolução enquanto mulher negra. Tem uma frase muito conhecida de Angela Davis que diz que quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, e eu acho que isso, na prática, só faz sentido quando ela, de fato, está conectada, com essa ancestralidade, com a religiosidade. Eu não consigo separar totalmente a fé da minha atividade profissional. Então, eu tenho certeza que eu tô sendo guiada e orientada pelos voduns e por toda a minha ancestralidade para seguir com esse trabalho.

De que forma crescer no terreiro Acé Jitolu moldou sua visão de mundo e sua atuação enquanto mulher negra?

Eu costumo dizer que eu sou privilegiada, e é muito raro falar sobre privilégios sendo uma mulher negra, lésbica, da periferia de Salvador. Mas eu falo de privilégio justamente pelo lugar que eu nasci, eu nasci no terreiro Acé Jitolu, um terreiro com uma tradição, com uma longa história, e mais do que isso, é o lugar onde nasceu o Ilê Aiyê, que é o bloco afro mais antigo desse país. Então quando eu saí da barriga da minha mãe, ela disse pra mim, você é preta e seja bem-vinda ao mundo a partir desse lugar.

Diferente de muitas mulheres negras, eu não passei pelo processo de descoberta de negritude, e muitas pessoas têm esse processo de descoberta bem tardio, já com 30, 40 anos. E tem uma coisa que Vovô sempre fala, que quando você não sabe que você é negro, o racismo diz pra você que você é. E é sempre da pior forma, então eu acho que ter nascido no terreiro, a principal questão de ter nascido nesse ambiente afro religioso, é justamente esse processo de consciência racial muito cedo. Não ter esse processo de descoberta tardio me torna a mulher que eu sou.

Desde sempre, eu fui entendendo o meu lugar nesse mundo tão preconceituoso, tão racista, tão machista, tão homofóbico, mas sempre a partir desse lugar, das experiências vividas dentro do Acé Jitolu.

Quais memórias da convivência com sua avó, a sacerdotisa Hilda Jitolu, mais marcaram sua formação? E como é, para você, dar continuidade a uma linhagem de mulheres negras que deixaram um legado tão potente?

É justamente o legado dessas mulheres que me faz ser quem sou hoje. Tenho muitas referências e cresci ao lado desses exemplos. Quando surgiu a ideia de fundar o instituto, antes dela vir, houve um questionamento: venho de uma linhagem de mulheres tão potentes – Mãe Hilda, que foi determinante para a fundação do Ilê e fundou o terreiro em sua própria casa; Dete, minha mãe, responsável por todo o visual do Ilê ao longo desses 50 anos. E eu me perguntei: o que eu deixo como legado sendo da terceira geração dessa família?

Durante muito tempo, achei que minha missão, dentro dessa estrutura familiar, era contar a história dessas mulheres. Mas a vida foi me mostrando que eu poderia dar continuidade ao trabalho realizado por elas. O Instituto surge desse desejo: manter vivo o nome de Mãe Hilda, e mais do que isso, levar adiante o seu legado por meio de ações concretas, e não apenas pelo relato. Não só ficar, do meu lugar, contando essa história.

Tenho plena consciência de que meu projeto de vida é manter vivo esse legado e o trabalho social dela. O Instituto devolve ao terreiro esse papel social, que sempre existiu. Durante um tempo, enquanto pesquisadora, deixei um pouco de lado minhas vivências como neta, porque sentia que precisava assumir esse lugar acadêmico. Mas, desde o ano passado, principalmente após o lançamento do livro, venho fazendo o exercício de tentar lembrar, de resgatar memórias pessoais.

Minha avó era uma mulher extremamente vaidosa, assim como minha mãe, filha de Oxum. Lembro dos momentos íntimos de cuidado com ela: pintar suas unhas, pentear seu cabelo. Nossas mãos são muito parecidas – as três gerações: minha avó, minha mãe, eu e minha irmã gêmea, Catarina. Me recordo de estar sempre ao lado dela, nesses pequenos gestos de afeto. Há até uma foto de mim criança penteando o cabelo dela.

Não sabia que, adulta, faria isso com tanta frequência. Quando ela faleceu, eu tinha 23 anos e pude, muitas vezes, pentear seu cabelo de verdade – não como nas brincadeiras da infância. Morávamos em cima da casa dela, no Curuzu, até meus 27 anos. Nossa convivência era próxima, cotidiana. Ela participou ativamente da nossa educação. Era uma avó firme, que educava junto com meus pais. Foi determinante para eu me tornar quem sou.

Em que momento você percebeu a importância de preservar e expandir o legado de Mãe Hilda Jitolu, com ações como a criação do Instituto e a publicação de sua biografia?

Minha relação com a história da minha avó começou quando entrei na faculdade de Jornalismo. Já no primeiro semestre, meu primeiro texto foi sobre ela. Desde então, compreendi a importância de nos apropriarmos das ferramentas e dos conhecimentos para contar a nossa própria história. **Tinha 18 anos e já sabia que minha missão era contar a história da minha avó, da minha mãe e de outras mulheres negras.**

Meu trabalho de conclusão de curso foi um livro-reportagem com a

história da minha avó, da minha mãe e de Luiza Bairos. Na época, já me preocupava em immortalizar essas histórias que, muitas vezes, se perdiam na oralidade. Mais tarde, minha dissertação de mestrado também foi a biografia dela – agora sob a perspectiva das Ciências Sociais, dentro do programa de estudos étnicos e africanos.

A ideia do Instituto não fazia parte desse projeto inicial. Eu achava que meu papel era exatamente, como jornalista e pesquisadora, contar essas histórias. Mas, com a pandemia de 2020, surgiu a ideia do Instituto – a ideia já veio pronta, já veio com o nome pronto. Lembro claramente: era um domingo, 14 de junho de 2020. Tenho certeza de que fui intuída a criar essa organização.

O Instituto foi fundado em 6 de janeiro de 2023. Um dos seus primeiros desdobramentos foi a publicação da biografia da minha avó, resultado da minha dissertação de mestrado, lançada dez anos depois sob o selo da Editora Oguns Toques Negros, com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e da BrazilFoundation. O livro “Mãe da Liberdade” é uma obra bonita e potente, que concretiza o sonho de eternizar essa história. Ele marca o início do pilar de preservação da memória dentro do Instituto. Agora, estou em processo de captação de recursos para a biografia de Dete Lima, minha mãe – com quem ainda tenho a alegria de conviver. São mais de 50 anos de dedicação ao Ilê e 71 anos de vida.

O barracão do Acé Jitolu também se tornou escola e espaço de formação artístico-cultural. Como você compreende esse movimento de expansão do sagrado para os campos da arte, educação e cultura? Que concepção de mundo sustenta essa atuação integrada e transformadora?

A Escola Mãe Hilda surge a partir da inquietação de Mãe Hilda, uma mulher que, apesar de não ter frequentado a escola, sempre compreendeu a importância da educação. Mesmo com as dificuldades enfrentadas, seus filhos não deixaram de estudar. Ela, enquanto liderança, entendeu que era parte da sua missão abrir as portas do barracão, um espaço religioso, para fundar uma escola.

As primeiras professoras da Escola Mãe Hilda foram suas filhas mais novas, Hildelice e Hildemária. Com o tempo, outros professores também chegaram. Essa decisão de criar uma escola dentro de um espaço religioso demonstra a visão de mundo de Mãe Hilda – de que não basta cobrar do poder público, é preciso agir quando o poder público não dá conta ou não tem interesse e compromisso com a sociedade.

A partir disso, o religioso se une à educação com o objetivo de transformar e impactar vidas. Fomos criadas nesse contexto, compreendendo desde cedo que é fundamental acessar a educação, sem jamais se desprender das nossas raízes.

Minha mãe, por exemplo, é ekedi no Jitolu e artista plástica. Ela realiza uma grande transformação por meio da arte, mesmo sem ter cursado o ensino superior ou belas artes. Sua habilidade é claramente intuída pelos orixás e voduns. É nesse ponto que as conexões se estabelecem: entre sagrado, arte e educação.

É FUNDAMENTAL ACESSAR A EDUCAÇÃO, SEM JAMAIS SE DESPRENDER DAS NOSSAS RAÍZES.

Entendemos que o sagrado não está separado da arte nem da educação. Minha mãe, além de desenvolver o visual do Ilê, cria painéis e bonecos de orixás. Essa integração é constante. Não é à toa que o Ilê nasce dentro do Acé Jitolu. Minha avó era muito aberta ao diálogo e ao novo. Era uma mulher simples, da periferia de Salvador, mas muito conectada com tudo que acontecia ao seu redor.

Costumo dizer que o Ilê só existe porque ela estava muito conectada com a espiritualidade e foi encorajada a permitir que seus filhos criassem esse grande movimento. Falar de Mãe Hilda como liderança religiosa é também reconhecer sua importância no movimento cultural e educacional que floresceu a partir da década de 1970 em Salvador.

O que diferencia a Escola Mãe Hilda das demais escolas formais? Como a religiosidade de matriz africana era compreendida e trabalhada dentro desse espaço educacional?

É importante destacar que nunca trabalhei diretamente na Escola Mãe Hilda. Minha visão vem da experiência enquanto pesquisadora e integrante da família.

A Escola Mãe Hilda nasce dentro do terreiro, mas com muito cuidado em relação à questão religiosa. Sempre foi um espaço aberto, pensado para acolher a todos, e não apenas os filhos de praticantes das religiões de matriz africana.

O conteúdo oferecido é diferenciado. Associado ao currículo da educação básica, há uma forte ênfase na cultura negra e na educação étnico-racial. Não se ministram aulas de religião, mas sim de cultura, com cuidado para evitar equívocos ou confusões, especialmente com as crianças. Por exemplo, fala-se sobre a história de um orixá, mas sem práticas religiosas envolvidas.

O grande diferencial da escola está no acolhimento. Esse cuidado especial com as crianças faz parte da lógica dos terreiros, onde há um senso comunitário muito forte. Em 1988, quando a escola foi fundada, ainda era comum que crianças negras não fossem bem-vindas em muitos espaços. E isso, infelizmente, ainda acontece hoje.

Na Escola Mãe Hilda, as crianças se veem representadas no território, o que faz toda a diferença. Fala-se de beleza negra, de autoestima, de respeito. A proposta pedagógica é baseada nos nossos princípios de acolhimento, respeito e valorização da diversidade. É uma escola que prepara suas crianças para o mundo, respeitando quem elas são, em um ambiente de segurança e pertencimento – algo que muitas escolas ainda não conseguem oferecer.

A experiência do Acé Jitolu contribuiu para a construção de um modelo pedagógico afrocentrado. Que elementos você considera essenciais nesse modelo?

Hoje falamos em educação afrocentrada, mas, na época, essa expressão ainda não existia. Não havia a Lei 10.639/2003, nem muitas referências formais. O que havia era vontade, compromisso e ancestralidade viva.

A Escola Mãe Hilda foi construída por e para pessoas negras, a partir de suas vivências. Um exemplo importante foi a atuação de Makota Valdina, que durante muito tempo coordenou pedagogicamente a escola. Ela foi uma referência fundamental para construir um modelo de educação diferenciado.

A essência desse modelo está na experiência, no olhar e na vivência. A escola abordava os conteúdos convencionais da educação básica, mas sempre com um olhar atravessado pelas experiências de quem vivia e compreendia a realidade do povo negro, especialmente a partir dos terreiros.

Apesar de na época o acesso ao conhecimento ser mais limitado – sem internet e com poucos materiais disponíveis –, tínhamos a prática viva: os saberes ancestrais e comunitários do candomblé, do território, da vivência coletiva.

A lógica era a da coletividade: “Eu sou porque nós somos”. A pedagogia se inspirava no modelo dos terreiros de candomblé, com seus princípios de respeito, troca e ancestralidade. Mãe Hilda, mesmo sem formação acadêmica, era quem muitas vezes ditava as diretrizes com seu olhar sensível e cuidadoso. Esse modelo afrocentrado se baseia, portanto, na diversidade de olhares, no respeito mútuo e na valorização das histórias, culturas e experiências negras.

Quais são os principais eixos de atuação do Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolu atualmente?

O Instituto Mãe Hilda Jitolu é uma organização feita por e para mulheres negras. Atuamos com dois pilares principais: geração de renda e preservação de memória.

No pilar da geração de renda, atendemos mulheres negras de todas as idades, de Salvador e da região metropolitana, com ações de formação. Trabalhamos especialmente com qualificação profissional voltada para o empreendedorismo, dentro da lógica da economia criativa. Desenvolvemos cursos com base nas demandas que recebemos diretamente das participantes. Toda nova atividade é pensada a partir de um formulário de inscrição com uma pergunta aberta, para que as mulheres digam o que gostariam de aprender.

Uma das formações mais recorrentes é o curso de tranças, que já teve várias turmas desde de 2023. Atualmente, estamos encerrando a segunda turma do projeto de confecção de roupas de acé, realizado dentro do Edital Mãe Gilda de Ogum, com cerca de 45 pessoas formadas. Também já oferecemos cursos de arte em tecido, barafunda (um bordado ancestral muito presente no acé), e outras atividades voltadas para a economia afrocentrada.

Entrevista Valéria Lima

**EU ACHO QUE OS
CADERNOS DO ILÊ
APRESENTAM PRA
GENTE, DE FATO, A
HISTÓRIA DESTE PAÍS**

Promovemos ainda oficinas e debates em datas significativas, como o Julho das Pretas e o Março Mulher, além de formações socio-emocionais, entendendo que o fortalecimento psicológico é essencial para o desenvolvimento empreendedor. A ideia é que não basta oferecer formação técnica, se não trabalharmos também a autoestima e o empoderamento das mulheres.

Nosso trabalho só tem sido possível graças ao apoio de parceiros como a BrazilFoundation, que nos apoia desde 2023. Esse apoio tem sido fundamental para a consolidação do Instituto, possibilitando reformas, estruturação e desenvolvimento de diversas ações.

No eixo da preservação de memória, nosso principal projeto até agora foi a publicação da biografia de Mãe Hilda, o livro “Mãe da Liberdade”, realizado com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e da própria BrazilFoundation. Agora, estamos em processo de captação de recursos para a biografia de Dete Lima, minha mãe.

Atualmente, também estamos desenvolvendo um projeto em parceria com o Ministério da Educação (MEC), com apoio da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para oferecer formação de professores da educação básica. Essa formação integra a Política Nacional de Educação Étnico-Racial e a Educação Escolar Quilombola, da SECADI/MEC.

Dentro desse projeto, estamos elaborando um livro com músicas do Ilê Aiyê, que servirá como material didático para a educação básica. Nosso objetivo é fortalecer a implementação da Lei 10.639/2003, que ainda hoje encontra dificuldades para ser plenamente efetivada. Queremos que as músicas do Ilê – tão potentes e educativas – estejam nas escolas, contribuindo para uma educação mais representativa e conectada com a nossa história.

Para quem e por quais motivos você recomendaria a leitura dos *Cadernos de Educação*?

Eu acredito que os *Cadernos de Educação do Ilê* são uma leitura recomendada a todos os brasileiros. A gente precisa conhecer essa história. As pessoas negras precisam se conhecer. Se reconhecer nesses conteúdos. E as pessoas brancas precisam conhecer a verdadeira história deste país.

Eu acho que os *Cadernos do Ilê* apresentam pra gente, de fato, a história deste país, a história de alguns países da África, que influenciam tanto a formação da cultura brasileira. Então, eu acredito que, através das letras das músicas, mas também dos conteúdos, das pesquisas realizadas em cada tema do Ilê, a gente consegue, de fato, acessar essa história, se reconhecer e entender a construção cultural do Brasil.

Além disso, eu acho que é um grande conteúdo para ser utilizado em sala de aula como material didático. Como ferramenta de pesquisa, para os professores poderem trabalhar, em sala de aula, a aplicação da Lei Nº 10.639. Então, é uma leitura que deveria ser feita, realmente, por todas as pessoas deste país.

DOSSIÊ: CADERNO DE EDUCAÇÃO DO ILÊ AIYÊ

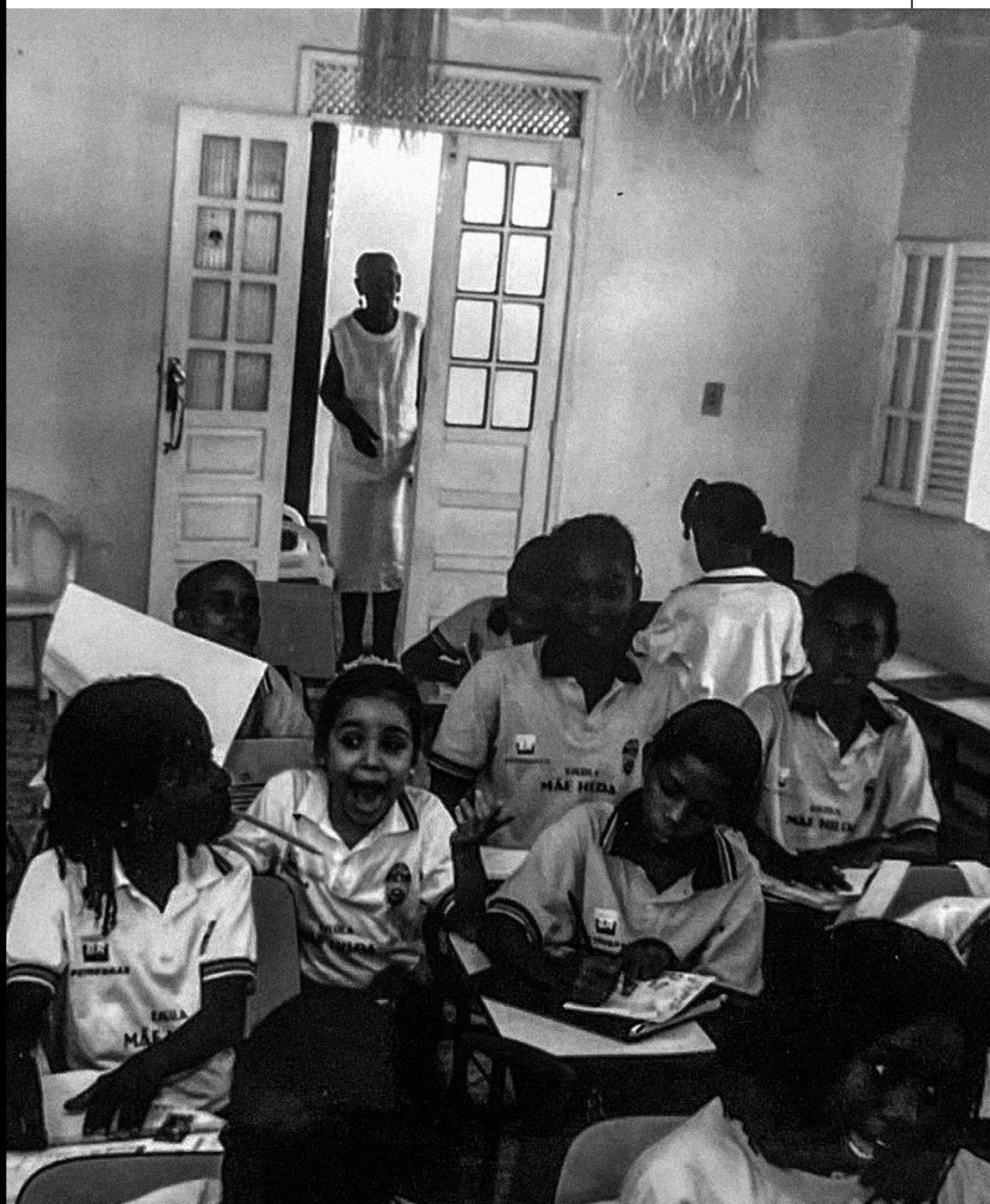
1



ACESSE A COLEÇÃO
COMPLETA DOS CADERNOS



ARTIGOS



2

REC



Projeto de extensão pedagógica do Ilê Aiyê

ARANY SANTANA

Pedagogical Extension Project of Ilê Aiyê

Pedagogical Extension Project of Ilê
Aiyê

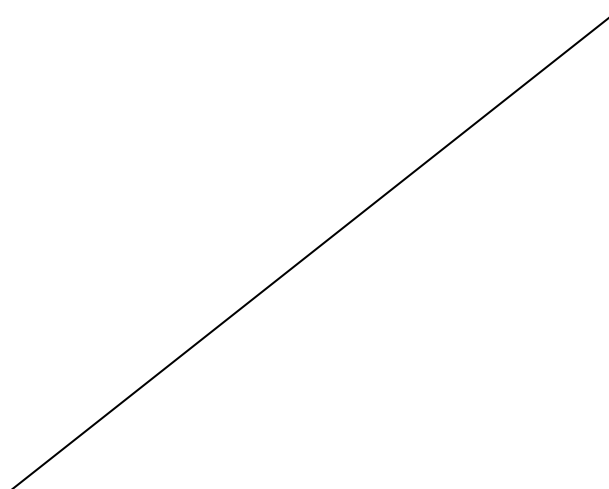
PALAVRAS-CHAVE
ENSINO; CULTURA
AFRO-BRASILEIRA; MA-
TERIAL DIDÁTICO; BLO-
CO AFRO-BRASILEIRO.

RESUMO No artigo “Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê”, de autoria de Arany Santana, é destacada a implementação da obrigatoriedade do ensino da história da cultura africana e afro-brasileira na Bahia, um marco significativo para a educação, impulsionada pelo Movimento Negro Unificado e outras entidades. A Escola Mãe Hilda, criada no terreiro do Ilê Aiyê Jitolu, na vanguarda dessa legislação, transformou-se em um refúgio educacional para estudantes excluídos do sistema escolar, utilizando a música e a cultura afro-brasileira como ferramentas pedagógicas. Em 1995, o Ilê Aiyê formalizou seu projeto de extensão pedagógica, coordenado por Arany Santana e Jônatas Conceição, que produziu material didático baseado nas temáticas dos carnavais do bloco, capacitando professores e promovendo o conhecimento da história africana e afro-brasileira nas escolas locais.

KEYWORDS
TEACHING; AFRO-BRA-
ZILIAN CULTURE;
TEACHING MATERI-
AL; AFRO-BRAZILIAN
BLOCK.

ABSTRACT In the article “Pedagogical Extension Project of Ilê Aiyê”, authored by Arany Santana, the implementation of mandatory teaching of African and Afro-Brazilian cultural history in Bahia is highlighted—a significant milestone for education, driven by the Unified Black Movement and other organisations. The Mãe Hilda School, established within the Ilê Aiyê Jitolu terreiro and at the forefront of this legislation, became an educational refuge for students excluded from the formal school system, using Afro-Brazilian music and culture as pedagogical tools. In 1995, Ilê Aiyê formalised its pedagogical extension project, coordinated by Arany Santana and Jônatas Conceição, which produced educational materials based on the thematic content of the bloco’s Carnivals, thereby training teachers and promoting the teaching of African and Afro-Brazilian history in local schools.

ARANY SANTANA É ouvidora geral do Estado da Bahia. Natural de Amargosa, no interior baiano, ela é formada em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em História da África e possui um histórico atrelado à cultura e à militância étnica com uma longa trajetória de resistência. Arany participou da história da fundação do Ilê Aiyê, o movimento negro mais antigo do Brasil, onde permaneceu diretora durante muitos anos. Em 1978, fundou o Movimento Negro Contra a Discriminação Racial, hoje Movimento Negro Unificado (MNU), e teve o prazer de lavrar sua ata de fundação junto a nomes proeminentes como Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez.



A década de 1980 foi crucial para a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao incluir oficialmente a obrigatoriedade do ensino de história da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, mas pouca gente sabe que a implementação dessa política pública nacional, que só se deu em 2003, teve a Bahia como pioneira.

Impulsionada pela pressão dos movimentos populares, fruto de incansável exigência do Movimento Negro Unificado, criado em 1978, somado aos terreiros de candomblé e ao primeiro bloco afro do Brasil, Ilê Aiyê, as Universidades Federal e Estadual da Bahia, mas, sobretudo, o Estado se viu tensionado, desde 1985, a inserir a temática na pauta das políticas públicas educacionais.

A audácia do Ilê Aiyê, que já em seu primeiro desfile, em 1975, em plena ditadura militar, desvelou o racismo no Brasil, exaltou a beleza e a força de heróis e heroínas da resistência negra – bem como a magnitude de reinos africanos, conteúdo esse nunca apresentado em sala de aula, traduzido sob o prisma de canções de forte impacto – gerou um movimento inédito de busca por parte de estudantes e professores das escolas do bairro da Liberdade por informações sobre as temáticas abordadas pelo bloco. Diante desse fato inesperado, a diretoria do Ilê se viu compelida a pensar ações que sistematizassem esse conhecimento. Era uma

resposta à visão estereotipada dos livros didáticos e da abordagem euro-centrada da história. Que história é essa que ecoava das canções do Ilê e firmava desde um novo padrão de beleza à valorização e salvaguarda das religiões de matriz africana?

A mentalidade visionária de Mãe Hilda Jitolu foi a mola propulsora do projeto educacional do bloco. A princípio, o pedido da matriarca era acolher crianças que passavam grande parte do tempo na rua, oferecendo-lhes banca¹, já que sua filha Hildelice tinha formação em Magistério. A partir de então, constatou-se que esses alunos, para além do déficit em leitura e escrita, eram, em sua grande maioria, expulsos da rede escolar por sua multirrepetência, sendo, portanto, inquietos, indisciplinados, ou seja, fora do padrão esperado pelo sistema educacional. Por outro lado, o encantamento dessas crianças pelas músicas entoadas pelo Ilê Aiyê facilitava o processo de alfabetização.

Em 1985, diante da crescente pressão, o Conselho Estadual de Educação do Estado da Bahia aprovou a lei, logo sancionada, que inseria a “Introdução ao Estudo da História e das Culturas africanas” nos currículos das escolas públicas e privadas.

No ano seguinte, 1986, uma comissão coordenada pela professora da UFBA, Eugênia Lúcia Viana Neri, composta por técnicos e professores dessa mesma universidade, além da Uneb e da Secretaria de Educação, implementou o primeiro curso de especialização em História da África, voltado para 30 professores de História da rede pública e dez membros de organizações negras de Salvador, desde que portadores de diploma de nível superior.

Pouco tempo depois, o barracão do Ilê Axé Jitolu já estava repleto de crianças sentadas em carteiras doadas pelo então Secretário de Educação do Estado, Professor Dr. Edivaldo Machado Boaventura, que tornou realidade o sonho de Mãe Hilda em ver seu espaço sagrado transformado em escola, fato concretizado em 1988, quando nasce a Escola Mãe Hilda. Foi pelas mãos desse mesmo gestor que, em 1987, a disciplina de História da África foi implementada em dez escolas públicas de Salvador, mais precisamente em bairros periféricos de concentração da população negra. Tal política, infelizmente, durou apenas um ano. Com a mudança do governo e de todo o secretariado, a disciplina foi banida dos currículos, dependendo tão somente da boa vontade de alguns professores, que, sem nenhum apoio, sustentaram a temática por mais dois anos.

Na contramão do movimento governamental, o barracão do Ilê Axé Jitolu se tornou pequeno para o número de estudantes que crescia a cada ano, obrigando a escola ocupar outros espaços do terreiro. As músicas eram o instrumento pedagógico que transformou a escola num espaço de alegria, ludicidade e identidade.

Assim como manda a tradição do candomblé, Mãe Hilda fazia questão de usar recursos próprios para preparar uma farta mesa com a merenda das crianças, sendo essa geralmente vinculada aos orixás. Dessa forma, por exemplo, às segundas-feiras, oferecia-se pipoca, fazendo a alegria geral da criançada. Mãe Hilda aproveitava esses momentos para mostrar, com orgulho, que a “flor²” do velho Obaluayê era a comida do dono de sua cabeça e patrono do Terreiro. Importante reforçar que foram incontáveis os momentos em que flagrávamos Mãe Jitolu observando e admirando as aulas pelas frestas da porta entreaberta, sem que na maioria das vezes fosse notada pelos alunos.

1 Termo regional, que significa reforço escolar.

2 O *deburû*, também conhecido como flor do velho ou pipoca do velho, é uma expressão utilizada pelos Povos de Terreiro.

A grande revolução da Escola Mãe Hilda se deu pela transformação de um espaço votivo em escola, oferecendo acolhimento a estudantes renegados pelo sistema escolar, agora felizes e aprendendo, para além do currículo formal, o respeito por uma religião secularmente discriminada e, sobretudo, a valorização da história de sua ancestralidade negra, desprezada até hoje por grande parte das escolas do país.

O sucesso metodológico da escola resultou na mudança comportamental dos alunos, que, devido ao espaço sagrado que frequentavam, aprendiam sobre o respeito mútuo, o respeito às diferenças, mas, sobretudo, o respeito aos mais velhos. Se tornou rotina os alunos pedirem a benção ao adentrar o ambiente escolar, fundamento vital das religiões de matriz africana, de modo que não tardou que essas crianças, então alfabetizadas, passassem a ser disputadas por escolas da região.

Foi a partir dessa exitosa experiência que, mais uma vez, a professora Eugênia Lúcia, em 1995, na maioria do bloco, chamou o presidente Vovô à responsabilidade de produzir material didático a partir da ótica dos carnavais do Ilê, assegurando a permanência da temática africana e afro-brasileira nos currículos das escolas da Liberdade e adjacências, promovendo conhecimento para os alunos e a capacitação de professores das redes municipal e estadual daquela região.

Nascia assim o Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, materializado em seus *Cadernos de Educação*, contando com um time de peso de professores, dentre eles, Jaime Sodré, Makota Valdina Pinto, Jorge Conceição, Ana Célia da Silva, Maria de Lourdes Siqueira, Lindinalva Barbosa, sob a coordenação de Arany Santana e Jônatas Conceição. A qualidade do projeto atraiu importantes parceiros como a Fundação Odebrecht e as Secretarias Municipal e Estadual de Educação da Bahia, além de render o prêmio de terceiro melhor projeto pedagógico do Brasil pelo Itaú – UNICEF.

Somado à escola Mãe Hilda, o Projeto envolveu professores, dirigentes, coordenadores e supervisores das seis maiores escolas da Liberdade e entorno. Contemplou mais de três mil alunos, capacitou sessenta professores, que, por meio do conhecimento, puderam rever seus conceitos, suas convicções e crescer enquanto seres humanos.

Diante do sucesso, o curso foi estendido para dirigentes e assessores de blocos afros e afoxés, povo de santo, membros de associações culturais, grupos de capoeira que agora adentravam o espaço do Centro de Estudos Afro-Orientais, o CEAO, da Universidade Federal da Bahia, para receber essa capacitação.

O icônico tema do primeiro Caderno de Educação, fruto do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, não poderia ser outro senão “Organizações de Resistência Negra”. O material apresentava as mais importantes organizações negras brasileiras, desde o século XVI até a fundação do Ilê Aiyê, e já contava com o design gráfico do magistral artista plástico J. Cunha, que chegara no bloco muito antes, criando em 1978 sua identidade visual, o emblemático Perfil Azeviche. A partir de 1980, Cunha passou a desenvolver o design dos tecidos do bloco, finalizando a conjunção perfeita entre a transformação política, estética e, mais tarde, educacional do Ilê Aiyê, indo muito além do âmbito local de Salvador, tornando-se um marco nacional, quiçá internacional.

Era, enfim, o grito da raça ecoando, reescrevendo a história de nossos antepassados, elevando a autoestima de nossas crianças, num movimento revolucionário que mudou a mentalidade e a paisagem urbana de Salvador.



Organizações de resistência negra

VALÉRIA LIMA

Organisations of Black Resistance

Organisations of Black Resistance

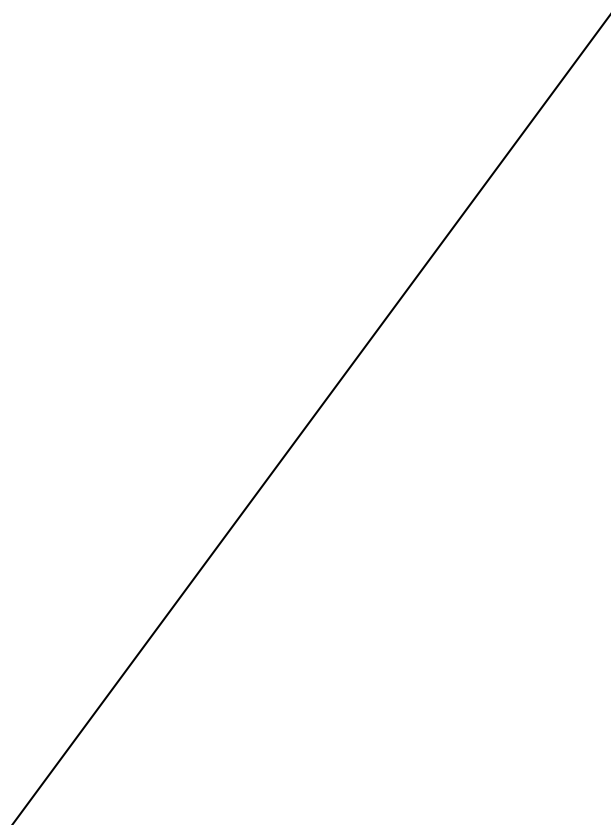
PALAVRAS-CHAVE
RESISTÊNCIA; RACIS-
MO; DIREITOS SOCIAIS;
BLOCO AFRO-BRASI-
LEIRO.

RESUMO No texto intitulado “Organizações de Resistência Negra”, de autoria de Valéria Lima, são abordadas as diversas formas de resistência negra desde a chegada dos africanos escravizados ao Brasil, incluindo os quilombos, irmandades religiosas e terreiros de candomblé, que desempenharam um papel crucial na luta contra o racismo e a desigualdade social. Exemplos notáveis incluem o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi, e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, fundada em 1685. No século XX, a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, e o Movimento Negro Unificado, surgido na década de 1970, foram fundamentais na defesa dos direitos civis e sociais dos afro-brasileiros. Na contemporaneidade, a Coalizão Negra por Direitos representa uma nova configuração dessas lutas.

KEYWORDS
RESISTANCE; RACISM;
SOCIAL RIGHTS; AF-
RO-BRAZILIAN BLOCK.

ABSTRACT In the essay “Organisations of Black Resistance”, by Valéria Lima, various forms of Black resistance since the arrival of enslaved Africans in Brazil are examined, including quilombos, religious brotherhoods, and terreiros de candomblé, all of which have played a crucial role in the struggle against racism and social inequality. Noteworthy examples include the Quilombo of Palmares, led by Zumbi, and the Brotherhood of Our Lady of the Rosary of the Black Men, founded in 1685. In the 20th century, the Brazilian Black Front (1931) and the Unified Black Movement (1970s) were pivotal in defending the civil and social rights of Afro-Brazilians. In contemporary times, the Black Coalition for Rights represents a new configuration of these enduring struggles.

VALÉRIA LIMA É *Ekede de Azonsu do Axé Jitolu*, jornalista e mestre em Estudos Étnicos e Africanos. Nasceu no bairro do Curuzu, um dos bairros mais negros da capital baiana. É idealizadora e diretora-executiva do Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolu. Atuou em instituições como Ilê Aiyê e TVE.



Resistir é um verbo constante na vida de qualquer pessoa negra. Resistimos desde os navios negreiros, que arrancaram nossos ancestrais de Mãe África e os espalharam pelas Américas, principalmente pelo Brasil. As mãos negras construíram este país, a terra que “em se plantando tudo dá”, e que deu para os nossos apenas dor e trabalho. No entanto, resistimos.

Apesar de as escolas ensinarem por séculos que não houve resistência à escravidão por parte dos africanos usurpados de seu continente, aos poucos estamos resgatando tantas histórias contrárias que foram ocultadas dos livros. Hoje sabemos dos muitos levantes que ocorreram para acabar com a escravidão neste país. Conhecemos as histórias das irmandades, dos quilombos, das negras de ganho, que se organizaram para garantir não só a sua liberdade, mas também a de tantos outros irmãos e irmãs. A liberdade das mulheres que lutaram para manter vivas as tradições, os costumes e a religiosidade de matriz africana.

As organizações de resistência negra no Brasil desempenharam um papel crucial na luta contra o racismo, a discriminação e a desigualdade social. Desde a chegada dos africanos escravizados no país até os dias atuais, essas entidades têm sido fundamentais na promoção dos direitos civis, culturais e políticos da população negra brasileira. Além de tudo que foi realizado ao longo dos intermináveis séculos em que durou a es-

cravidão no Brasil, muito foi feito pelo povo negro deste país para driblar os resquícios da escravidão. Apesar de o letramento não ser permitido às pessoas negras, muitos eram os que sabiam ler e escrever, de modo que, ainda no século XIX, a imprensa negra já se fazia presente. Como bem nos apresentou Ana Flávia Magalhães em sua pesquisa publicada em *Imprensa negra no Brasil do século XIX, O Mulato ou O Homem de Cor*, datado em 14 de Setembro de 1833 foi o primeiro veículo negro deste país.

Os quilombos são importante símbolo de resistência e organização. Os escravizados que fugiram das plantações e engenhos tornaram-se referências de liberdade e luta contra a opressão. Em um ambiente de brutalidade e exploração, os quilombos ofereceram refúgio e autonomia, com os negros podendo viver de forma livre, em comunidade, preservando suas tradições culturais, e praticando sua religião. O mais famoso deles, Palmares, liderado por Zumbi, resistiu por quase um século, exemplificando a resiliência e a força coletiva dos afro-brasileiros na luta pela liberdade e justiça.

ORGANIZAR E RESISTIR PARA EXISTIR! As irmandades religiosas foram determinantes para a sobrevivência dos negros e negras escravizados. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, fundada na Igreja da Sé, no centro de Salvador, é datada de 1685. Posteriormente foi transferida para uma igreja construída com recursos próprios e com o trabalho dos membros da Irmandade. Os terreiros de candomblé, assim como as irmandades, nasceram em meio à escravidão. Os Orixás, Inquices e Voduns, que aqui desembarcam com os africanos, fizeram morada em todas as regiões do Brasil, de norte a sul. As religiões de matriz africana se mantêm vivas, apesar do racismo e das perseguições. Os registros informam que os primeiros terreiros surgiram por volta de 1830 (p. 8, 1995)¹. E nesses espaços sagrados, mães e pais de santo garantiram a manutenção dos cultos originários de África, com uma identidade brasileira.

A mais antiga associação civil negra do Brasil nasceu na capital baiana e há quase 200 anos transforma a vida de negros e negras. A Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada em 16 de Setembro de 1832, inaugurou novas possibilidades na vida de inúmeros escravizados. Liderado por Manoel Vitor Serra, africano livre, um grupo de homens da capital baiana se reuniu para garantir a liberdade de outros, comprando cartas de alforria. Entretanto, ao longo de todos esses anos, a organização atuou de diversas formas, como caixa e empréstimos e penhores, apoiando no tratamento de doenças, na invalidez, na velhice e na garantia de um funeral para aqueles que não podiam pagar. E foi se reinventando de acordo às necessidades que foram surgindo no pós-abolição. E segue, ainda hoje, lutando contra o racismo e as desigualdades por ele ocasionadas.

Com a abolição da escravidão em 1888, a luta pela igualdade continuou, uma vez que a população negra permaneceu marginalizada. A Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 16 de setembro de 1931 por Abdias do Nascimento, desempenhou um papel crucial na luta pelos direitos civis e sociais da população negra no Brasil. Como uma das primeiras organizações de massa lideradas por negros, a FNB buscou combater o racismo e promover a integração social, política e econômica dos afro-brasileiros. Através de campanhas de educação, assistência jurídica e atividades culturais, a FNB trabalhou para elevar a autoestima da comunidade negra e exigir igualdade de oportunidades. Sua atuação

¹ Ilê Aiyê. Organizações de Resistência Negra, Caderno de Educação. Projeto de Extensão Pedagógica. Volume I. Salvador, 1995.

pioneira pavimentou o caminho para os futuros movimentos negros do país, deixando um legado duradouro na luta contra a discriminação racial. Embora tenha sido fechada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937, seu legado influenciou grandes movimentos subsequentes.

A partir da década de 1970, com o fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil, houve um ressurgimento significativo de organizações negras. O Ilê Aiyê e o Movimento Negro Unificado, nascidos nesse período, são os responsáveis pelas configurações de movimentos que conhecemos na atualidade. Influenciados pelos Panteras Negras, que lutavam pelos direitos civis nos Estados Unidos da América, surge o primeiro bloco afro do Brasil. O Ilê Aiyê, idealizado por Antonio Carlos Vovô e Apolônio Souza de Jesus Filho, fundado em 1º de Novembro de 1974, ganhou as ruas do carnaval de Salvador a partir de 1975, e, com as bênçãos de Mãe Hilda Jitolu, cantou a beleza e a história do povo negro no Brasil e em África.

O Ilê realizou uma verdadeira revolução estética no Brasil, através do trabalho inovador de Dete Lima. Os turbantes e as amarrações inspiradas nas vestimentas dos Voduns do Axé Jitolu, em conjunto com as estampas desenvolvidas por J. Cunha, deram vida às cores da entidade. Suas ricas vestimentas, seus adereços vibrantes e suas expressões culturais autênticas exaltaram a beleza e a identidade afro-brasileira. A estética desenvolvida pelo bloco não apenas resgatou tradições africanas, mas também desafiou os padrões eurocêtricos de beleza, promovendo o orgulho racial e a autoestima entre os negros. Essa revolução visual e cultural do Ilê Aiyê teve um impacto profundo, influenciando a moda, a arte e a identidade afro-brasileira por gerações.

O Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, destacou-se como uma das principais entidades na luta contra o racismo estrutural e na promoção da consciência negra. O MNU tem se empenhado em diversas frentes, incluindo a denúncia da violência policial, a luta por cotas raciais e a valorização da cultura afro-brasileira. Cultura e política se encontram e se reinventam por igualdade e justiça. Para que possamos ser quem somos, assumindo nossa identidade no jeito de ser e de se vestir do povo negro deste país.

ABRANGÊNCIA A partir dos anos 2000, a resistência negra no Brasil vem ganhando novas configurações e formas de atuação. Enquanto, na década de 1970, elas se dividiram entre culturais e políticas, na atualidade é difícil listar todas. Seja através das artes, da música, com o uso de novas tecnologias, através do afrofuturismo, pelas redes sociais; seja qual for o caminho, o objetivo é sempre ampliar a representatividade e combater o racismo em todas as esferas da sociedade brasileira. Nos últimos anos, diversas organizações foram criadas, destacando-se a Coalizão Negra por Direitos, de abrangência nacional. A Coalizão reúne várias entidades que, embora atuem individualmente em seus respectivos territórios, mantêm-se unidas e vigilantes pelo bem comum. A união dessas forças exemplifica a crença de que juntos somos mais fortes e capazes de alcançar objetivos ainda maiores.

Em 6 de Janeiro de 2023, nasceu no bairro do Curuzu, mesmo local em que outrora surgiu O Mais Belo dos Belos, o Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolu. A organização foi criada com o objetivo de manter viva a história e o legado de mulheres negras que tiveram importantes contri-

buições para o movimento negro brasileiro, iniciando-se pelo legado de Mãe Hilda Jitolu, a matriarca do Ilê Aiyê, que muito contribuiu para a valorização da cultura e religiosidade negras. Mãe Hilda nasceu em Salvador, em 6 de janeiro de 1923, e em 1952 fundou o Terreiro Axé Jitolu, em um dos bairros mais negros da capital baiana, o Curuzu.

O futuro é incerto, mas, enquanto houver racismo, haverá resistência!



Que beleza é essa?

RITA MARIA

“What Kind of Beauty Is This?”

“What Kind of Beauty Is This?”

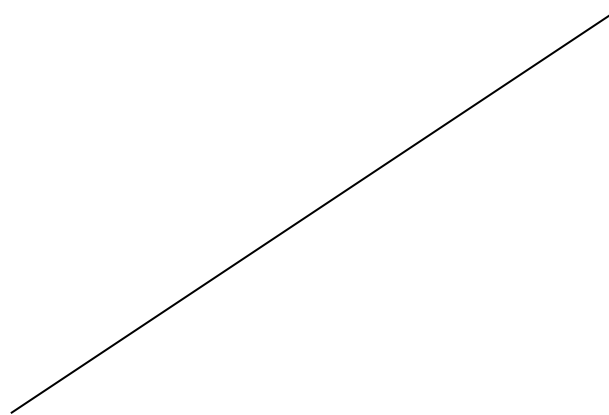
PALAVRAS-CHAVE
MODA; IDENTIDADE
AFRO-BRASILEIRA;
NEGRITUDE; BLOCO
AFRO-BRASILEIRO.

RESUMO O artigo “Que Beleza é essa?”, de autoria de Rita Maia, explora a estética do Ilê Aiyê, desenvolvida por J. Cunha e Dete Lima, transformou a percepção da beleza negra em Salvador. Inspirado pelo movimento Black Power e pela negritude, o bloco desenvolveu uma estética que exalta a identidade afro-brasileira. J. Cunha, responsável pela identidade visual do bloco, desenvolveu estampas reconhecidas nacional e internacionalmente, enquanto Dete Lima, diretora artística, criou figurinos e fantasias inspirados em tradições africanas. Essa estética influenciou a moda, a arte e a identidade afro-brasileira, promovendo autoestima.

KEYWORDS
AFRO-BRAZILIAN IDEN-
TITY; NEGRITUDE; AF-
RO-BRAZILIAN BLOCK.

ABSTRACT The article “What Kind of Beauty Is This?”, authored by Rita Maia, explores the aesthetic of Ilê Aiyê, developed by J. Cunha and Dete Lima, which transformed perceptions of Black beauty in Salvador. Inspired by the Black Power movement and the philosophy of negritude, the bloco created an aesthetic that celebrates Afro-Brazilian identity. J. Cunha, responsible for the visual identity of the bloco, developed designs that gained national and international recognition, while Dete Lima, as artistic director, created costumes and fantasy garments inspired by African traditions. This aesthetic had a significant impact on fashion, art, and Afro-Brazilian identity, fostering a sense of self-esteem and empowerment.

RITA MARIA É museóloga, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Ph.D. pela Universidade de Aveiro, em Portugal, onde desenvolveu o protótipo do Museu Digital para o bloco afro Ilê Aiyê. Atua como coordenadora do Programa de Pós-Graduação e como professora na graduação de Museologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH-UFBA). Trabalha com o tema da Beleza Negra, desenvolveu pesquisas de mestrado e doutorado sobre o Ilê Aiyê, é uma das coordenadoras do Fórum de Museologia e Cultura Digital e membro do corpo editorial das revistas *Ciência da Informação e Inclusão Social*, produzidas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).



Meus filhos, vocês são negros, são bonitos e têm que se orgulhar disso!

mãe hilda jitolu

Este texto foi escrito em diálogo com a colaboração da diretora artística do Bloco Ilê Aiyê, a artista plástica e Ekedi Dete Lima, em encontros realizados no Terreiro Axé Jitolu nos meses de maio e junho de 2024.

A ARTE TRANSFORMA REALIDADES Na década de 70, os artistas que se reuniram em torno do bloco afro Ilê Aiyê deram forma a um ideal estético que abriu possibilidades para a redefinição da imagem dos corpos, dos papéis sociais e da conduta da população negra na cidade de Salvador.

Sabemos que civilizações são erigidas em torno de estilos artísticos. Elas refletem a sensibilidade, o nosso estar-no-mundo, direciona nossas escolhas e categoriza as coisas do nosso dia a dia. Cosmovisões que fundam mundos e sociedades são erigidas sobre ideais estéticos. Em consonância, podemos afirmar que a Beleza Negra, criada e difundida no Ilê Aiyê, é a manifestação de um projeto civilizatório igualitário e antirracista bem-sucedido.

O FUNDAMENTO O fator preponderante para a compreensão desse estilo é a consideração de que sua origem está no Ilê Axé Jitolu, um terreiro de candomblé, uma comunidade que encarna a resistência dos valores da herança africana. Esse espaço sagrado estava sob o “comando doce” da Iyalorixá Hilda Dias dos Santos, Mãe Hilda Jitolu, a responsável pela liderança

da casa. Enquanto matriarca, ela atuava como mãe e educadora, mas, acima de tudo, como zeladora da ancestralidade. Foi ela quem estabeleceu os parâmetros éticos e estéticos dessa arte nascente. Em seus ensinamentos, o respeito às tradições se concretizava na conduta deferente e elegante em relação aos mais velhos e à sacralidade sempre presente na lida com o corpo negro e em todos os momentos da vida.

Por outro lado, os jovens fundadores do bloco também foram inspirados pelos movimentos Black Power nos EUA, black soul no Rio de Janeiro, pelas lutas de libertação dos países africanos e pelos valores do movimento da negritude. Eram artistas e personalidades negras que ofereceriam novos modelos de conduta e de vida para além das expectativas previstas nas hierarquias sociais e raciais vigentes à época.

É da confluência entre a novidade e a tradição que se estabelece o princípio mais profundo para a criação artística da Beleza Negra e da arte do Ilê Aiyê: a busca constante pela visibilização, atualização e estetização de todas as formas e práticas associadas à ascendência africana. O segredo trazido nessa arte está no reconhecimento de que, na Bahia (e em todas as comunidades diaspóricas), a ancestralidade está presente e segue mantida, reelaborada e amadurecida no berço amoroso e acolhedor das famílias, na solidariedade da vizinhança dos bairros negros, nas rodas de samba e capoeira e, principalmente, nos terreiros de candomblé e em outros espaços e em manifestações de acolhimento e socialização em que predominava uma sensibilidade de matriz africana.

Foi nesse espaço-tempo que os múltiplos talentos de jovens artistas, cenógrafos, dançarinos e músicos tiveram o desafio de expressar e dar forma a uma beleza diluída nas experiências e no imaginário mais onírico da vida e do ser negro em Salvador. É disso que se estabeleceu e se erigiu uma linguagem artística que é fiel à origem, à transcendência e ao sentido das coisas, insubmissa às preocupações e regras da materialidade ordinária do entendimento fácil, do consumo descartável, do prazer superficial ou da lógica comercial.

OS CRIADORES DA FORMA Desde 1975, a estilista e coreógrafa Dete Lima atua como diretora artística e designer na criação de figurino e fantasias do bloco. Em destaque, está o seu estilo escultórico original de dobraduras e amarrações dos tecidos na roupa das Deusas do Ébano. Seu trabalho de modelagem encontrou fundamento na sua experiência como Ekedí no Ilê Axé Jitolu. Foi a partir do cuidado e da criação das roupas para os Voduns, dos adornos ricamente elaborados com palha, búzios, fitas e contas colocados sobre estas roupas, que seu processo criativo pôde se manifestar e aprimorar.

Em 1978, o artista visual J. Cunha (José Antônio Cunha) chega ao Ilê Aiyê convidado pelo diretor Carlos Bamba para trabalhar como cenógrafo. Depois disso, ele assumiu a criação da identidade visual do bloco, sendo sua contribuição mais marcante a criação do Perfil Azeviche, a marca do Ilê Aiyê. Trata-se de um rosto composto predominantemente por formas angulosas e negras com linhas fortes. Em depoimento à repórter Larissa Almeida, no Jornal CORREIO, publicado em 31 de janeiro de 2024, J. Cunha conta: “Eu fiz aquela marca não inspirada, mas iluminada pela mãe de Vovô, Mãe Hilda Jitolu, com quem eu tinha muitas conversas. Ela era uma pessoa radiante e, quando viu meu trabalho, ficou muito respeitosa com a extensão dele. Baseado no Orixá dela, Omolu, eu

fiz aquela cabeça”. As cores utilizadas foram as definidas pelos diretores do bloco com a atribuição de significados simbólicos: o branco é a paz; o vermelho, o sangue derramado – uma homenagem à memória dos que lutaram pela libertação do povo negro e contra o racismo; o preto foi traduzido como a cor da pele; e o amarelo-ouro representa a riqueza cultural e a beleza dos povos negros.

De 1980 a 2005, J. Cunha foi o responsável pela criação das estampas dos tecidos do Ilê Aiyê; que passaram a ser objeto de desejo por todos os admiradores do bloco. Seus tecidos são marcados pela clareza e boa distribuição das formas, com referências reconhecíveis advindas dos bordados e estamparias rituais, da arquitetura, arte escultórica e pictórica de vários povos africanos, criando um vocabulário visual próprio enriquecido por pesquisas desenvolvidas desde a década de sessenta, quando iniciou seu trabalho como artista plástico. Uma das suas marcas distintas são as cordas de búzios abertos, um motivo que foi copiado por outros artistas e designers na Bahia.

É necessário frisar a dificuldade imposta por uma constante busca por fontes sobre o continente africano e sua diversidade cultural, em uma época em que não havia referências para a criação de um vocabulário imagético original disponível nas bibliotecas. Foi dessa ausência que surgiu uma arte como desejo por uma África onírica e ao mesmo tempo tão presente, reconhecível e viva nas sensibilidades, na cultura e no imaginário locais.

Em sequência, o artista Mundão (Raimundo Sousa dos Santos) chega ao Ilê Aiyê e dá continuidade a esse trabalho. Seu estilo próprio é caracterizado pela abundância de padrões e elementos gráficos que emolduram personalidades e signos relativos aos temas do carnaval. Sua expertise está em harmonizar diversas formas para produzir uma releitura da arte e dos símbolos tradicionais africanos e afro-brasileiros, criando uma arte autoral e original através de uma técnica desenvolvida com recursos digitais.

No Ilê Aiyê, a importância e a valorização desses tecidos alcançaram um patamar distintivo e uma identidade que pode ser analisada sob diversos aspectos. Para tanto, é preciso fazer um paralelo entre esse trabalho de estamparia e os diversos e profundos significados que os tecidos e as indumentárias assumem em variadas culturas africanas, indo muito além das ditas “artes decorativas”. Em alguns casos, os tecidos são o elemento principal da indumentária ritual, que é necessária para conectar ou separar os mundos físico e espiritual. Em outros casos, eles são insígnias de poder e status familiar ou social, agregando significados de riqueza, identidade de grupo, status social e autoridade. Além de trazer memórias e contar histórias tanto para a Diretoria quanto para seus associados e fãs, os tecidos do Ilê Aiyê expressam o vínculo individual e social com o bloco e seus valores. Eles adornam os espaços e corpos sinalizando territórios e identidades em ocasiões festivas e ritualísticas e assumem um significado especial ao sinalizar adesão a uma comunidade e aos seus valores.

Para alguns foliões, artistas e, de uma forma especial, para candidatas a Deusa do Ébano, colocar esses tecidos sobre o corpo, trabalhados com as amarrações de Dete Lima, faz emergir uma forte emoção, expressa, frequentemente, na forma de lágrimas que, supostamente, são provocadas por uma espécie de alinhamento positivo entre a identidade pessoal e a identidade racial negra que, contemporaneamente, ainda é objeto de discriminação e alvo de exclusão social.

DO SENTIDO AO SIGNIFICADO Da eficiência plástica à eficácia simbólica, o trabalho desses artistas do Ilê Aiyê alcançou potência para ressoar e se replicar em múltiplas manifestações nas capilaridades do cotidiano baiano. Suas criações aparecem como referências em vários estilos musicais, nas artes plásticas, na moda, assimiladas e difundidas por outros artistas dos cenários nacional e internacional.

Eles foram os primeiros a apresentar soluções originais e mais contemporâneas para dar visibilidade aos ideais vigentes nas culturas e tradições artísticas negras da Bahia. Criaram uma forma de beleza reconhecível e sedutora que é a expressão de um projeto civilizatório inclusivo, antirracista e igualitário. A partir dessa produção artística, a Beleza Negra do Ilê Aiyê resulta em uma profusão de signos de adesão a essa forma de ser, de se portar e de viver a negritude com orgulho; gerando solidariedades, incutindo respeito e autorrespeito, reconhecimento e autorreconhecimento para uma identidade negra valorosa.

É por isso que afirmamos que a Beleza Negra do Ilê Aiyê e o trabalho dos seus artistas atuam de modo eficaz como uma forma de contra-hegemonia. Seu caráter é *pop* e popular. Seu estilo é agregador e atrai olhares e adesões para todas as manifestações culturais e identitárias negras. De tradicional a irreverente, a estética do Ilê Aiyê é essencialmente contemporânea e é sempre renovada

Não há como negar que a Beleza Negra do Ilê Aiyê se tornou um instrumento reconhecido de engajamento político e social antirracista. O uso de seus atributos fortalece e engaja as subjetividades e os corpos negros para a conquista de poder e penetração em vários espaços sociais, ultrapassando fronteiras, rompendo barreiras mentais e objetivas para a inclusão e ascensão social.

Ao proporcionar visibilidade e preencher a mídia e as ruas com rostos e corpos negros felizes, autônomos, confiantes e capazes para construir e transformar seus próprios destinos, a valorização individual do corpo negro se expande e se transforma em valorização do corpo social negro. E é assim que advogamos que a arte e a Beleza Negra criadas pelos artistas do Ilê Aiyê são um patrimônio vivo e vêm contribuindo, significativamente, cada vez mais, para as mudanças positivas na realidade racial no país.

ARTIGO
CULTURA E EDUCAÇÃO //

Revista Extensão
e Cultura da UFRB

26ª edição

VOL. 01



Mãe Hilda Jitolu: Guardiã da fé e da tradição africana

MARIA DE LOURDES SIQUEIRA

Mãe Hilda Jitolu: Guardian of Faith and African
Tradition

Mãe Hilda Jitolu: Guardian of Faith
and African Tradition

PALAVRAS-CHAVE
TERREIRO. RELIGIOSI-
DADE. EDUCAÇÃO. BLO-
CO-AFROBRASILEIRO.

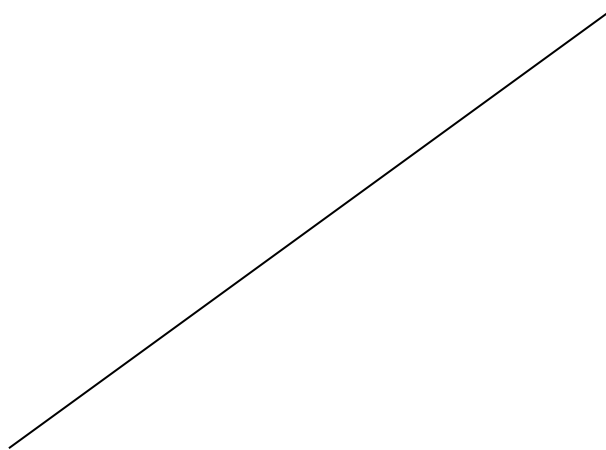
RESUMO Finalmente, no texto “Mãe Hilda Jitolu: Guardiã da Fé e da Tradição Africana”, escrito por Maria de Lourdes Siqueira, é apresentada a biografia e as contribuições de Mãe Hilda Jitolu, uma liderança natural nos espaços sócio-culturais e religiosos. Fundadora do Terreiro Ilê Axé Jitolu, Mãe Hilda Jitolu vai além do aspecto religioso e educacional: é uma ideia que deveria ser copiada por todas as escolas brasileiras. Iniciada no terreiro de Babalorixá Cassiano Manoel de Lima e continuando suas obrigações sob a orientação da Iyalorixá Constância da Rocha Pires Ajaká, Mãe Hilda consagrou o Ilê Aiyê com a força do Axé e participou de inúmeras atividades religiosas e culturais. Seu legado é celebrado através de homenagens e sua influência contínua a inspirar gerações, reforçando a valorização da cultura e religiosidade negras no Brasil.

KEYWORDS
TERREIRO; RELIGIOS-
ITY; EDUCATION; AF-
RO-BRAZILIAN BLOCK.

ABSTRACT Finally, in the essay “Mãe Hilda Jitolu: Guardian of Faith and African Tradition”, written by Maria de Lourdes Siqueira, the biography and contributions of Mãe Hilda Jitolu are presented. A natural leader within socio-cultural and religious spaces, Mãe Hilda founded the Ilê Axé Jitolu terreiro. Her legacy transcends the religious and educational domains: she embodies a model that ought to be adopted by all Brazilian schools. Initiated in the terreiro of Babalorixá Cassiano Manoel de Lima and continuing her responsibilities under the guidance of Iyalorixá Constância da Rocha Pires Ajaká, Mãe Hilda consecrated Ilê Aiyê with the spiritual force of Axé and participated in numerous religious and cultural activities. Her legacy is honoured through tributes, and her lasting influence continues to inspire new generations, reaffirming the importance of Black culture and spirituality in Brazil.

MARIA DE LOURDES SIQUEIRA

Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (1964), com especialização em Comunidades Latino-Americanas pelas Nações Unidas e Centro Regional de Educação (1967), tem mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), doutorado em Antropologia Social e Etnologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1992), pós-doutorado pela University of London School of Orient and African Studies (1998) e pós-doutorado pela University of South Africa (2000). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras.



INTRODUÇÃO Mãe Hilda Jitolu, nascida Hilda Dias dos Santos Jitolu, foi uma figura central na preservação e disseminação da fé e da tradição africana no Brasil. Como iyalorixá, sua liderança e sabedoria transcendiram gerações, influenciando não apenas sua família, mas também comunidades inteiras através de sua dedicação ao candomblé. Sua vida e obra refletem a resistência e a riqueza cultural da diáspora africana, consolidando-se como um pilar fundamental para a manutenção das tradições afro-brasileiras.

PRIMEIROS ANOS E FORMAÇÃO ESPIRITUAL Mãe Hilda cresceu em um ambiente profundamente enraizado nas tradições africanas. Desde cedo, ela testemunhou a fé e a generosidade de sua mãe, que sempre abriu as portas de sua casa para ajudar os necessitados. Essas experiências formaram a base do que seria sua vida dedicada ao serviço comunitário e à preservação das tradições religiosas africanas. Em suas palavras: “Meus filhos cresceram vendo que eu tenho fé. Minha casa sempre foi frequentada pelo que considero herança de minha mãe” (Siqueira, 1996, p. 3).

Ela foi iniciada no candomblé pelo Babalorixá Cassiano Manoel de Lima e continuou suas obrigações sob a orientação de Iyalorixá Constância da Rocha Pires, conhecida como Mãe Tança, no Terreiro Cacunda de

Iaiá. Mãe Tança, descrita como uma mulher bondosa e generosa, passou seus conhecimentos e direitos religiosos para Mãe Hilda, permitindo que ela continuasse a tradição. Nas palavras de Mãe Hilda, “Mãe Tança era uma pessoa muito bondosa. Gostava de passar ‘as coisas’ para as pessoas, ela não era dessas que segurava, ela passava se a pessoa tinha direito. Mãe Tança tinha esse direito” (Siqueira, 1996, p. 5).

CRIAÇÃO DO ILÊ AXÉ JITOLU Em 1952, Mãe Hilda fundou o Terreiro Ilê Axé Jitolu, um marco na história do candomblé e da comunidade afro-brasileira. O terreiro, nascido de sua fé em Obaluayê, tornou-se um centro de resistência cultural e espiritual, celebrando festivais e rituais que atraíam pessoas de diversas origens e reforçavam a identidade afro-brasileira. “Eu tive de lutar para juntar dinheiro para fazer o Terreiro, fazer a casa. Assim nasceu o Ilê Axé Jitolu. Aí se considera nascimento. Nasceu um terreiro dia seis de agosto de 1952” (Siqueira, 1996, p. 7).

O Terreiro Ilê Axé Jitolu rapidamente se tornou um espaço de referência, não apenas para a prática religiosa, mas também para a promoção de atividades culturais e sociais. As festas e cerimônias organizadas no terreiro atraíam centenas de pessoas, contribuindo para a manutenção e fortalecimento da identidade cultural afro-brasileira. “Começamos com a festa de Obaluayê no dia 16 de agosto. No mês de setembro, prosseguimos com a festa do Caboclo Tupiassu. A gente celebra com muita garra, com muita animação, tudo a que ele tem direito” (Siqueira, 1996, p. 9).

FAMÍLIA E COMPROMISSO COMUNITÁRIO Casada com Waldemar Benvindo dos Santos, Mãe Hilda criou cinco filhos que se tornaram figuras proeminentes no cenário cultural e religioso brasileiro. Antônio Carlos dos Santos, conhecido como Vovô, fundou o bloco afro Ilê Aiyê, enquanto Hildete Valdevina dos Santos Lima, ou Dete Lima, tornou-se diretora artística do Ilê Aiyê e vice-presidente do Instituto Mãe Hilda Jitolu. Outros filhos, como Vivaldo Benvindo dos Santos e Hildelice Benta dos Santos, também assumiram papéis importantes no Ilê Axé Jitolu e em iniciativas culturais e educacionais. “O Ilê Aiyê tem uma força e eu creio que essa força foi trazida pelo Axé do Orixá porque quando eu comecei a ter filhos, já tinha as minhas obrigações na minha cabeça, no meu corpo, então o meu primeiro filho já nasceu dentro do Axé” (Siqueira, 1996, p. 11).

O compromisso de Mãe Hilda com a comunidade ia além da família. Ela sempre acreditou na importância da educação e do desenvolvimento cultural para a emancipação do povo negro. Com esse objetivo, fundou uma escola de 1º grau que se tornou um modelo pedagógico para outras instituições da comunidade, oferecendo aulas de religião e teatro, além de promover o conhecimento sobre as tradições africanas. “O terreiro é pequeno, mas já tem disciplina que é uma escola de minhas filhas de santo e para as crianças daqui. Carentes da nossa comunidade, acho que Deus me ajudou que o meu sonho foi realizado, eu fundei essa escola” (Siqueira, 1996, p. 13).

IMPACTO CULTURAL E SOCIAL Mãe Hilda foi uma pioneira na articulação de tradições afro-brasileiras com a educação e a cultura popular. Ela fundou uma escola que virou uma referência educacional para os estudantes e toda a comunidade do bairro do Curuzu, onde está a sede da instituição, além de promover o conhecimento sobre as tradições africanas. “O candomblé sempre foi casa de ensinamentos e esta função agora

prossegue com as nossas diversas escolas” (Siqueira, 1996, p. 15).

Além de seu trabalho na educação, Mãe Hilda teve um papel fundamental na criação do bloco afro Ilê Aiyê. Fundado em 1974, o Ilê Aiyê tornou-se um símbolo de resistência e valorização da cultura negra. “O Ilê surgiu em 1974. 1975 foi o primeiro ano que ele foi para a rua, mas antes dele sair, porque ele surgiu numa Casa de Candomblé consultando os orixás, achei que era muitos negros juntos [...] Achei que era necessário que se fizesse alguma coisa por parte do Axé para pedir proteção para esse povo” (Siqueira, 1996, p. 17).

Mãe Hilda também foi uma das responsáveis pela criação do Grupo de Mulheres de Axé Dandarê, que abre alas nos desfiles do Ilê Aiyê representando ancestralidade, tradições culturais, religiosas e étnicas. Essas mulheres, guiadas pela força e proteção dos orixás, são um exemplo vivo do legado de Mãe Hilda.

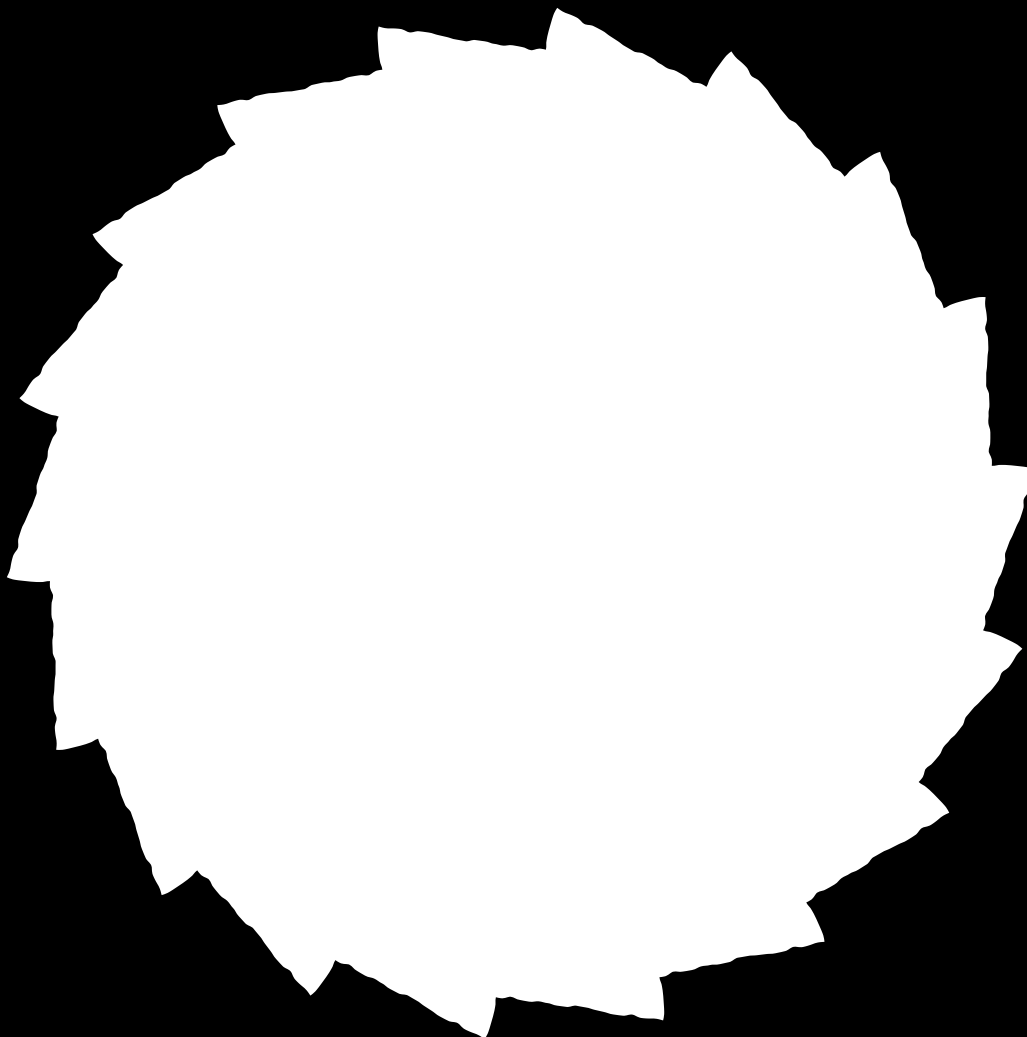
LEGADO E RECONHECIMENTO A fé inabalável de Mãe Hilda e sua dedicação à preservação das tradições africanas lhe renderam várias homenagens, que fizeram jus à sua importância cultural e imaterial. Ela também foi imortalizada em músicas e recebeu tributos durante festivais e eventos culturais. A cidade de Salvador reconheceu seu trabalho, conferindo-lhe honrarias como a Chave da Cidade e a Medalha 2 de Julho, entre outros. “Mãe Hilda recebeu homenagens da 2ª série da Escola Mãe Hilda e de compositores do Ilê Aiyê. Que as Mães Pretas do Brasil sejam parecidas com Mãe Hilda. Nos acalentem, nos acolham, nos aconselhem para sermos negros felizes” (Siqueira, 1996, p. 19).

Seu trabalho e legado transcenderam as fronteiras do terreiro, impactando a sociedade em geral. Ela participou de eventos importantes como o II Congresso Internacional dos Orixás, onde contribuiu para o diálogo entre a Igreja Católica e as religiões afro-brasileiras. Além disso, Mãe Hilda sempre esteve presente em celebrações religiosas de outras denominações, demonstrando seu respeito e abertura para a diversidade religiosa.

CONCLUSÃO O legado de Mãe Hilda Jitolu é uma herança viva que continua a inspirar e fortalecer a identidade afro-brasileira. Seu trabalho como guardiã da fé e da tradição africana é um testemunho de sua visão e dedicação, assegurando que as futuras gerações mantenham viva a chama da cultura e espiritualidade africanas no Brasil. Sua vida e obra são um exemplo de resistência e resiliência, refletindo a profundidade e a riqueza das tradições africanas que ela tanto prezou e preservou. Mãe Hilda continuará a ser lembrada e honrada por sua contribuição inestimável à cultura afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

- A história e impacto cultural do Ilê Aiyê e Mãe Hilda Jitolu. *Jornal da Bahia*.
- LIMA, DETE. Declarações sobre a criação artística no Ilê Aiyê. *Relatos e homenagens a Mãe Hilda Jitolu e suas contribuições culturais e sociais*. Correio da Bahia.
- SIQUEIRA, MARIA DE LOURDES. Mãe Hilda: a história de minha vida. 1. ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996.



CAMPUS UNIVERSITÁRIO
DE CRUZ DAS ALMAS, 710
CEP 44.380.000
Cruz das Almas BA

WWW.UFRB.EDU.BR/PROEXC
@proexc_ufrb

75 99978 1101